

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

1 Apresentação

A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, que fornece soluções de segurança nos segmentos de meio circulante, passaportes, selos postais e atividades de controle fiscal.

Fundada em 8 de março de 1694, a CMB conta com um parque industrial atualizado tecnologicamente e dimensionado para suprir plenamente a demanda do meio circulante, de passaportes e de selos postais nacionais.

A empresa também está capacitada para prover soluções de segurança em identificação, controle, fiscalização, autenticidade, rastreabilidade, proteção de marcas e certificações acadêmicas (provas e títulos), com atuação no mercado nacional e internacional.

Em 2018, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva priorizaram as ações de fortalecimento da sustentabilidade empresarial, impactada, desde o último trimestre de 2016, pela queda de receita no segmento de controle fiscal, notadamente a suspensão do controle da produção de bebidas pela Receita Federal do Brasil - RFB.

As ações de gestão foram concentradas em três principais linhas: a redução de custos, mediante revisão de contratos e redimensionamento do quadro de pessoal; o fortalecimento da capacidade operacional, com aumento da eficiência geral da planta fabril; e a ampliação das linhas de negócio, principalmente nos segmentos de controle fiscal.

Os resultados das medidas adotadas se refletem nos números de 2018, com clara evolução nos indicadores em relação a 2017, e a projeção de retomada da sustentabilidade econômica a partir de 2019.

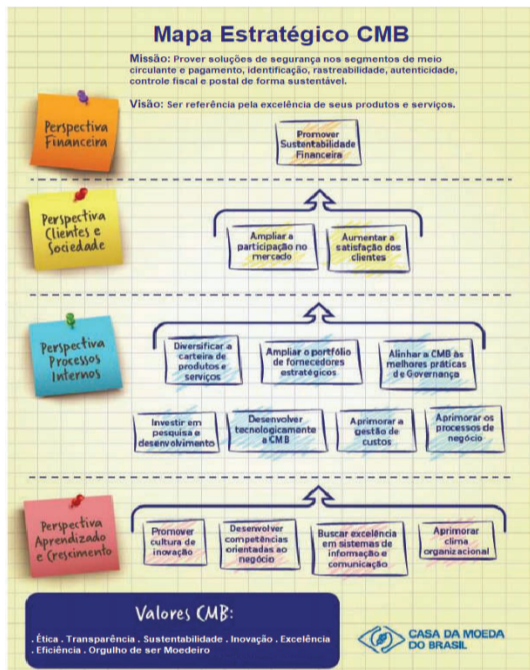
Dentre os principais acontecimentos em 2018, destacam-se:

- A assinatura de contratos para a produção de cédulas e moedas para o Banco Central do Brasil (BACEN), na primeira quinzena de 2018, contemplando cerca de 1,4 bilhão de cédulas e 423 milhões de moedas metálicas, revertendo um histórico de assinaturas de contratos com o BACEN apenas no segundo trimestre.
- O cumprimento integral do Programa Anual de Produção do BACEN, com produção total de 116% da demanda inicial de cédulas e de 171,8% da demanda inicial de moedas metálicas, demonstrando que a CMB possui capacidade para a produção integral e tempestiva do meio circulante.
- A intensificação das ações de recuperação de créditos tributários pela Diretoria de Gestão junto à Receita Federal do Brasil (RFB), iniciadas em dezembro de 2017, mediante ressarcimento com crédito em conta e compensação com tributos a recolher, alcançaram valor monetário na ordem de R\$ 160 milhões.
- A reabertura ao público do Palacete Casa da Moeda do Brasil, prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que ficou fechado por 30 anos. Com cerca de 200 anos, o Palacete da Casa da Moeda é uma edificação de grande valor histórico, tendo abrigado o primeiro museu do país, o Museu Real, criado por decreto em 6 de junho de 1818.
- A dispensa, pela CMB, de 212 empregados (8,9% do quadro) mediante programa de desligamento de empregados (PDE), medida avaliada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração como necessária para assegurar a sustentabilidade empresarial. Desde 2017, as medidas de desligamento voluntário (PDV) e de dispensa direta (PDE) geraram uma redução de 20,9% no quadro de empregados.
- A assinatura de termo aditivo ao contrato com o Departamento da Polícia Federal (DPF) para a produção e personalização de cadernetas de passaporte com vigência de doze meses, superando obstáculos orçamentários observados em exercícios anteriores com impacto no fornecimento de passaportes aos cidadãos.
- O efetivo ingresso de R\$ 358 milhões, em dezembro de 2018, referente à parcela incontroversa de taxas destinadas à CMB pela Lei 12.995/14, relacionadas a atividades de controle fiscal, que, desde 2016, vinham sendo retidas na Conta Única do Tesouro em virtude de obstáculos técnicos e orçamentários.

2 Gestão Estratégica

O Mapa Estratégico apresentado a seguir contempla a revisão dos Direcionadores e Objetivos Estratégicos previstos para o ciclo de 2018/2022, permitindo uma visão ampliada da estratégia estabelecida para o período.

Destacam-se a orientação de promoção da sustentabilidade financeira da CMB, impactada pela suspensão das atividades de controle da produção de bebidas em 2016, a ampliação da participação no mercado e o fortalecimento das relações com os clientes.



Fonte: Departamento de Gestão Corporativa - DEGOV

Investimentos

No exercício de 2018, a execução orçamentária de investimentos da CMB alcançou um montante na ordem de R\$ 15,3 milhões. Os principais investimentos foram concentrados na proteção de dados físicos e digitais e no aperfeiçoamento de processos internos.

Investimentos menos prioritários ou relacionados a contratações que dependiam da conclusão de processos licitatórios foram postergados para 2019, devidamente suportados por reprogramação orçamentária e alinhada com as disponibilidades financeiras da empresa.

3 Desempenho Operacional

DESEMPENHO OPERACIONAL - CÉDULAS

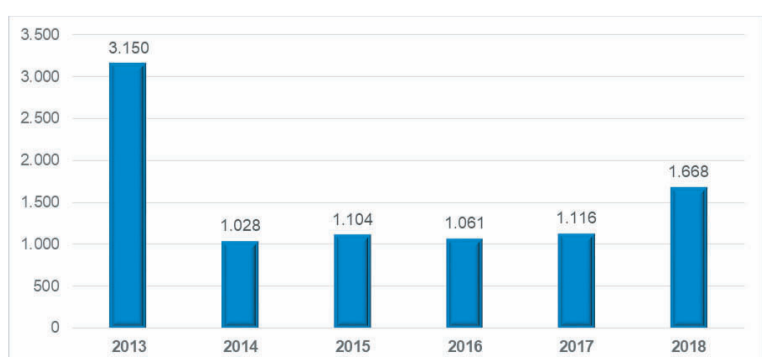
O parque fabril da CMB, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, tem capacidade instalada para produzir aproximadamente 3 bilhões de cédulas e 4 bilhões de moedas por ano, operando em três turnos de trabalho.

O processo envolve profissionais especializados nas diversas áreas de produção, engenharia e design para entregar produtos e serviços com alta qualidade e tecnologia, comparáveis aos das principais casas de moeda e casas impressoras no mundo.

Atual Família de Cédulas Brasileiras impressas pela Casa da Moeda do Brasil



Evolução da Produção de Cédulas (em milhões)



Quantidades fornecidas sob contrato ao Banco Central do Brasil.

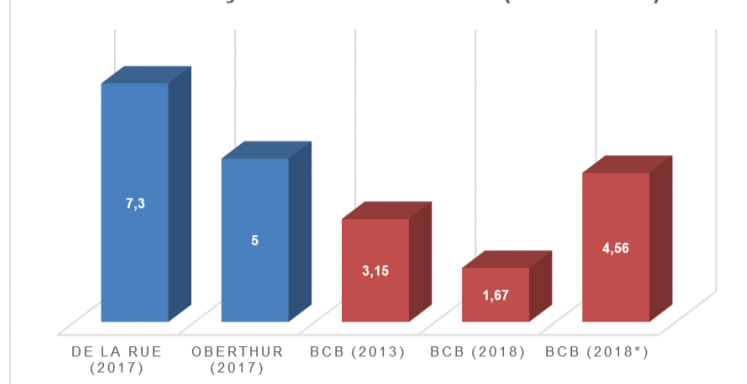
Fonte: Departamento de Cédulas - DECEM

A capacidade instalada da CMB assegura a autossuficiência para a produção nacional de cédulas, conforme evidência o histórico de demanda do BCB, com pico de 3,1 bilhões de cédulas em 2013.

A garantia de autossuficiência para a produção nacional de cédulas é relevante porque, embora o volume reportado pelas grandes casas impressoras comerciais atenda a diversas dezenas de países, o BCB, isoladamente, demandou 3,15 bilhões de cédulas apenas em 2013.

A demanda do Brasil quando associada a demanda de outro país de porte semelhante, ocupam volume de demanda superior à produção anual de qualquer fornecedor privado.

PRODUÇÃO DE CÉDULAS (BILHÕES)

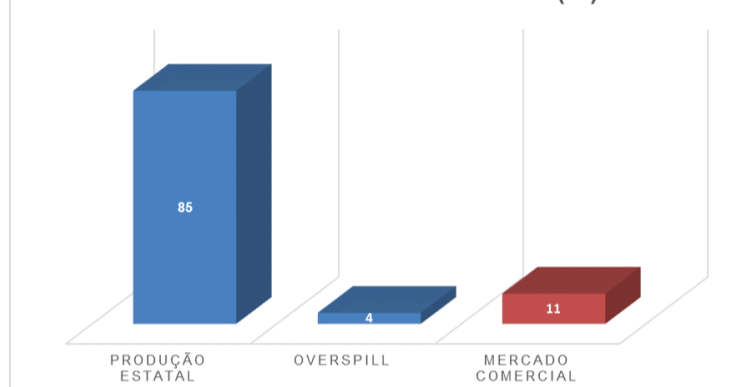


Fontes: De la Rue, Oberthur Fiduciare e BCB.

* Demanda técnica para 2018 pela estimativa decenal elaborada pelo BCB em 2008.

A disparidade entre a capacidade do mercado comercial e a demanda estatal de grandes países gera riscos não admitidos pelas principais autoridades monetárias. Essa é uma das principais razões pelas quais, mesmo entre países de elevada liberdade econômica, predomina o controle estatal dos meios de produção de numerário.

MERCADO DE CÉDULAS (%)



Fonte: Estimativas De la Rue (2018). Considera-se *overspill* a contratação no mercado da parcela da demanda não suprida pela produção local.

Além da mitigação dos riscos inerentes à capacidade comercial, a disponibilidade de uma casa impressora nacional autossuficiente assegura maior flexibilidade e segurança à autoridade monetária.

O contrato com o BCB, assinado em janeiro de 2018, contemplou inicialmente o fornecimento de 1,438 bilhão de cédulas. Durante o exercício, as quantidades contratadas foram ampliadas mediante dois termos aditivos.

O primeiro termo aditivo, firmado em agosto de 2018, acrescentou ao contrato 215,4 milhões de cédulas. O segundo termo aditivo, firmado em dezembro de 2018, acrescentou ao contrato 14,117 milhões de cédulas, totalizando a contratação de 1,668 bilhão de cédulas em 2018.

O quadro a seguir sintetiza a demanda de cédulas em 2018, integralmente cumprida pela CMB.

Denominação	CONTRATO 50018/2018	1º Termo Aditivo (mil)	2º Termo Aditivo (mil)	Programa atual (mil)
R\$ 2,00	355.540	52.200	-	407.740
R\$ 5,00	220.280	-	5.640	225.920
R\$ 10,00	144.860	60.000	-	204.860
R\$ 20,00	301.580	-	1.500	303.080
R\$ 50,00	358.352	-	3.537	361.889
R\$ 100,00	57.648	103.200	3.440	164.288
Total	1.438.260	215.400	14.117	1.667.777

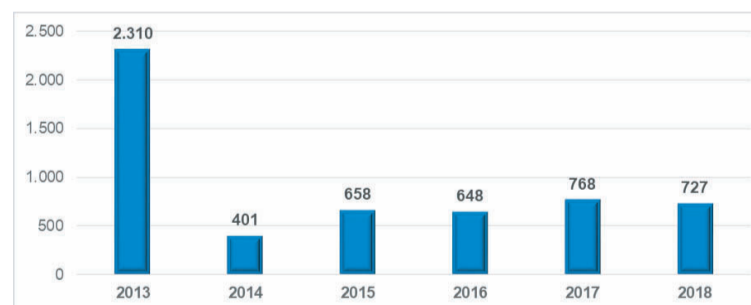
Fonte: DECEM

DESEMPENHO OPERACIONAL - MOEDAS METÁLICAS

Atual Família de Moedas Brasileiras cunhadas pela Casa da Moeda do Brasil



Evolução da Produção de Moedas (em milhões)



Quantidades fornecidas sob contrato ao Banco Central do Brasil

Fonte: Departamento de Moedas e Medalhas - DEMOM

Em 2018, foram produzidas 727,4 milhões de moedas. O primeiro contrato de moedas foi assinado com o BCB, em janeiro, para a produção 423,4 milhões de unidades. O segundo contrato, para 271,6 milhões de unidades, foi assinado em setembro, tendo sido complementado por dois termos aditivos: o primeiro, em novembro, para mais 28,4 milhões de moedas, e o segundo, em dezembro, para mais 4,0 milhões de moedas.

Ressalte-se que os contratos e termos aditivos foram integralmente atendidos pela CMB, conforme tabela abaixo:

Denominação	CONTRATO 50017/2018	CONTRATO 51280/2018	Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO 51280/2018	Segundo Termo Aditivo ao CONTRATO 51280/2018	Programa Atual (mil)
R\$ 0,05	116.736	58.368	-	-	175.104
R\$ 0,10	122.304	61.248	24.960	-	208.512
R\$ 0,25	54.528	27.264	3.456	-	85.248
R\$ 0,50	54.544	52.416	-	-	106.960
R\$ 1,00	75.264	72.320	-	3.968	151.552
Total	423.376	271.616	28.416	3.968	727.376

Fonte: Departamento de Moedas e Medalhas - DEMOM

A CMB, a cada ano, realiza negociações prévias com o BCB objetivando reduzir incertezas e diminuir custos para o exercício seguinte, a partir da previsibilidade quanto à demanda estabelecida para atendimento às necessidades do meio circulante nacional.

O conhecimento antecipado da demanda de exercícios seguintes possibilita melhores preços na compra de insumos e a redução dos custos de estoque, viabilizando a mitigação de riscos operacionais e o aproveitamento de oportunidades de mercado.

Como principais diferenciais de atendimento ao BCB, a estrutura da CMB possibilita: (a) flexibilização da cesta de produtos por denominação, com entregas semanais programadas; (b) capacidade disponível de armazenamento para a custódia segura de cédulas e moedas, (c) controle de qualidade assegurado na fabricação e (d) mitigação dos riscos relacionados à movimentação e ao transporte do meio circulante.

DESEMPENHO OPERACIONAL - MEDALHAS

Em 2018, o Clube da Medalha do Brasil homenageou o santo padroeiro do Rio de Janeiro, São Sebastião; o Clube de Regatas Vasco da Gama, que completou 120 anos; o Jardim Botânico, por seus 210 anos; o Museu Nacional, que comemora 200 anos de existência; e a comemoração de 50 anos da visita da Rainha Elizabeth II (Inglaterra) ao Brasil.



Fonte: Departamento de Moedas e Medalhas - DEMOM

Em 2018, também foi lançada uma série de medalhas em ouro, prata, bronze, cuproníquel e nióbio, retratando as imagens dos bichos das cédulas do real.



Fonte: Departamento de Moedas e Medalhas - DEMOM

A CMB também foi homenageada em 2018 pelos seus 324 anos de existência.



Fonte: Departamento de Moedas e Medalhas - DEMOM

No total foram produzidas, na Seção de Medalharia, 29.680 medalhas, 176 comendas e 150 distintivos, incluindo a demanda de medalhas lançadas em exercícios anteriores, mas com venda efetiva em 2018.

O portfólio dos produtos de medalharia ressaltam o domínio adquirido pela CMB, mediante diferencial resultante do processo de "tampografia" que é utilizado para colorir e ressaltar detalhes específicos de cada medalha.

DESEMPENHO OPERACIONAL - PASSAPORTES E DEMAIS IMPRESSOS

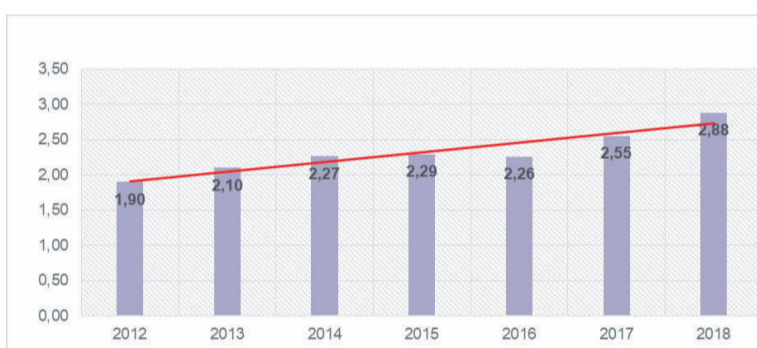
Em 2018, o Departamento de Produtos Gráficos e Cartões (DEGER) produziu passaportes, selos de controle fiscal (cigarro, bebidas e relógios), selos comemorativos, selos regulares, bilhetes magnetizados, certificados, cartões, diplomas, lacres de urna para as eleições do País e outros impressos.

Produção de Passaportes Eletrônicos (Emissão em Território Nacional)

A CMB, desde 2005, é responsável pela fabricação e personalização do passaporte eletrônico brasileiro que é enviado para o Departamento de Polícia Federal - DPF. O produto possui elementos de segurança como fibras coloridas e reativas à luz ultravioleta, marca d'água e fio de segurança, além de ser impresso em offset e calcografia.

Em 2018, foram produzidos 2,88 milhões de unidades de passaportes DPF, sendo atendido todo o programa de produção e formação de estoque, caracterizando um aumento na demanda de 12,9% em relação ao ano anterior, conforme gráfico a seguir:

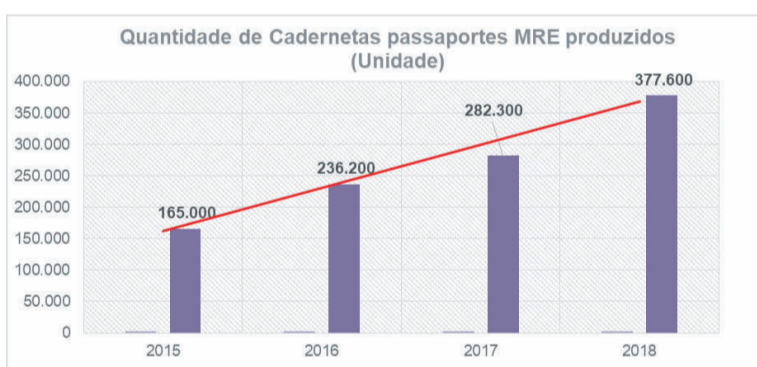
Quantidade Produzida de Passaportes DPF (em milhões)



Fonte: Departamento de Produtos Gráficos e Cartões - DEGER

Produção de Cadernetas para Passaportes Brasileiros (Emissão no Exterior)

Em 2018, foram produzidas 377.600 cadernetas de passaportes para o Ministério das Relações Exteriores - MRE, quantidade que demonstra um crescimento relevante na demanda do produto, conforme gráfico de evolução abaixo:

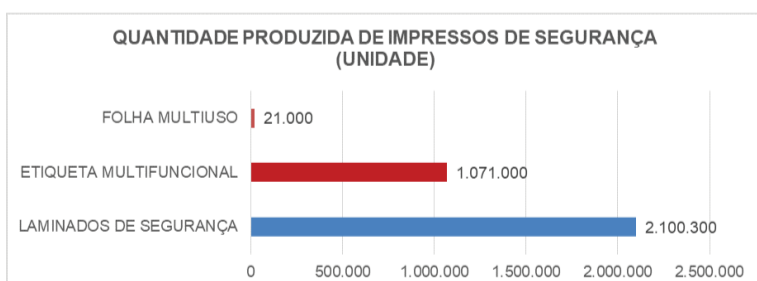


Fonte: Departamento de Produtos Gráficos e Cartões - DEGER

A fabricação nacional de passaportes assegura não apenas a capacidade operacional para atendimento à demanda crescente do DPF e do MRE, que reflete a demanda crescente pelos cidadãos, mas o trânsito de dados pessoais dos cidadãos por infraestrutura exclusivamente pública e os curtos prazos de entrega (um dia útil nas demandas de emergência e quatro dias úteis nas demandas ordinárias, ressalvados os locais que demandam logística mais complexa).

Impressos de Segurança para o MRE

Além da produção de cadernetas e passaportes, o Departamento de Produtos Gráficos e Cartões - DEGER, produz etiqueta multifuncional, folha laminada e laminados de segurança para o MRE, conforme gráfico de produção abaixo.



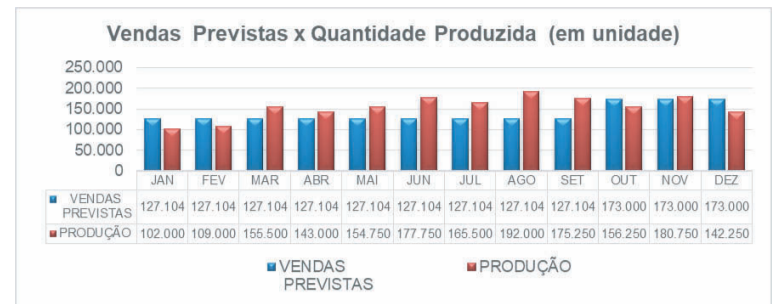
Fonte: Departamento de Produtos Gráficos e Cartões - DEGER

Produção Apostila de HAIA



A apostila de Haia consiste em um certificado utilizado em âmbito internacional como facilitador de transações comerciais e jurídicas, por consolidar informações necessárias para conferir validade a um documento público em outro país signatário do tratado.

O produto conta com um sistema para controle das remessas às serventias em todo o território nacional. Em 2018, foram produzidas 1.854.000 unidades de apostila, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: Departamento de Produtos Gráficos e Cartões - DEGER

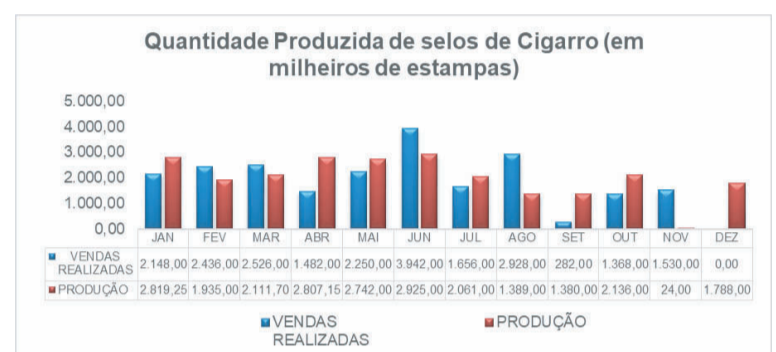
Produção de Selos de Controle Fiscal

Os cigarros e bebidas recebem selos que contêm tecnologias para rastreabilidade, com código único e invisível a olho nu. Atualmente, a CMB produz os seguintes selos de controle fiscal para cigarros, bebidas alcoólicas e relógios.



Produção de Selos de Controle Fiscal de Cigarros

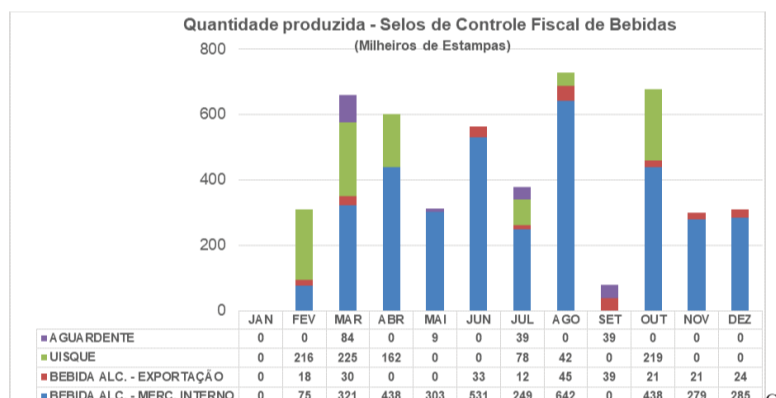
Em 2018, foram produzidos 24.118,11 milhões de estampas de selos de cigarro, conforme tabela de produção abaixo:



Fonte: Departamento de Produtos Gráficos e Cartões - DEGER

Produção de Selos Controle Fiscal de Bebidas

Em relação aos selos de bebida, foram produzidos 4.917,00 milhões de estampas.



Fonte: Departamento de Produtos Gráficos e Cartões - DEGER

Lacres de Urna para o Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Em 2018, foram fabricados lacres de urna para o Tribunal Superior Eleitoral - TSE em virtude do processo eleitoral. A CMB forneceu dez tipos de produtos para atendimento às Eleições 2018, totalizando 1.797,149 milhões produzidos.

4 Desempenho Comercial

A atuação da área comercial da CMB foi marcada pela determinação de ampliar a carteira de negócios da empresa, tanto no mercado interno, quanto externo, ao encontro do Plano de Negócios e Estratégico.

Destaca-se a contratação da CMB para a impressão de Cédulas Internacionais, representando receita de R\$ 38,8 milhões em 2018, e as atividades de prospeção em cinco países da América do Sul para atividades relacionadas à produção de meio circulante e de sistemas de controle fiscal.

Na área metalúrgica, em especial nos mercados de moedas e medalhas comemorativas, a CMB desenvolveu diversas ações para a promoção do colecionismo, tendo como modelo os mercados já consolidados dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, nos quais a receita de venda de moedas comemorativas supera a receita de moedas de circulação.

Em 2018, a CMB obteve receita total de R\$202,3 milhões com moedas e medalhas, sendo R\$2,8 milhões com a comercialização de medalhas comemorativas, moedas comemorativas e comendas, resultado positivamente influenciado pela abertura de ponto de venda físico no Palacete da Casa da Moeda, local de fácil acesso e grande fluxo de pessoas no Centro do Rio de Janeiro.

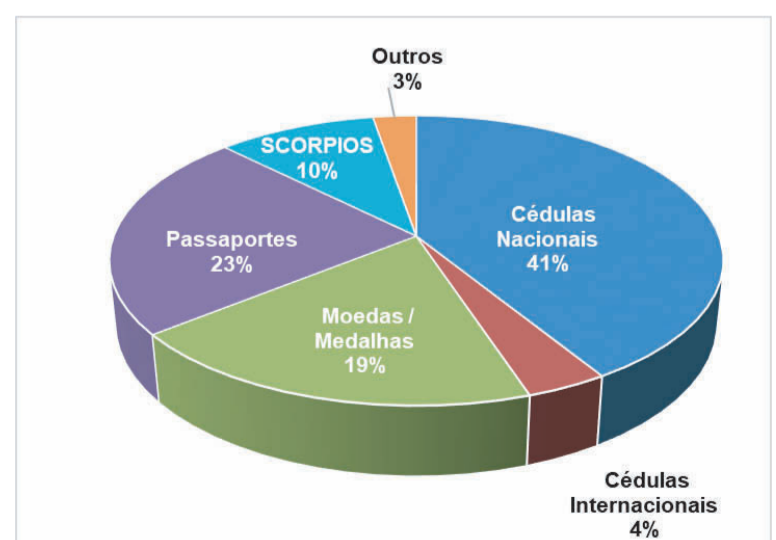
RECEITA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

O quadro abaixo demonstra a Receita Bruta de Produtos e Serviços da CMB em 2018:

Receita de Produtos e Serviços		Em R\$1,00
Descrição	Realizado	
Total		471.159.961,82
Cédulas Nacionais		432.306.636,70
Cédulas Internacionais		38.853.325,12
Total		202.277.944,32
Moedas / Medalhas		202.277.944,32
Total		374.189.374,52
Passaportes		243.574.849,16
SCORPIOS		102.077.620,30
Outros		28.536.905,06
Receita Bruta de Vendas		1.047.627.280,66

Fonte: Relatórios do Sistema SIGA/CTB

Participação das linhas de produto nas receitas da CMB em 2018:



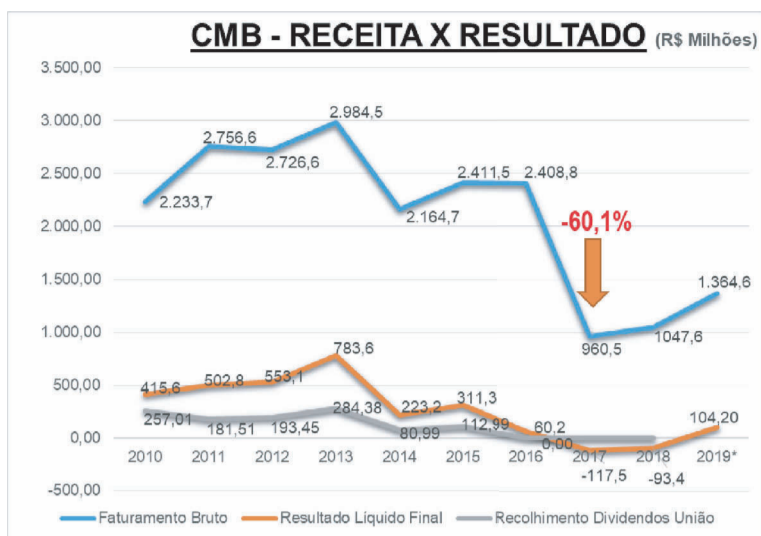
Fonte: Relatórios do Sistema SIGA/CTB

5 Desempenho Econômico-Financeiro

A receita da CMB foi significativamente afetada pela suspensão das atividades de controle da produção de bebidas em 2016. Embora subsista a obrigatoriedade legal de que os fabricantes de bebidas instalem equipamentos contadores de produção (art. 35 da Lei 13.097/15), atividade de controle que é legalmente destinada à CMB e a desobrigação de todos os estabelecimentos industriais por intermédio de ato da RFB.

A suspensão do controle de bebidas foi agravada pela aprovação da Emenda Constitucional 93/16, que, ao reinstaurar a Desvinculação de Receitas da União (DRU), gerou a retenção das taxas legalmente destinadas à CMB e a desvinculação de 30% dos valores, matéria que se encontra em discussão na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF).

O impacto da retirada súbita da receita relacionada ao controle de bebidas e a incidência da DRU sobre taxas destinadas à CMB pode ser observado no quadro abaixo, que reflete, também, o esforço da gestão para a retomada da sustentabilidade econômica.



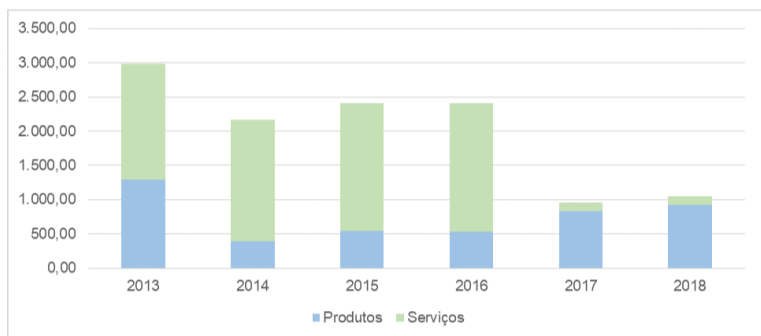
Fonte: Departamento Contábil e Financeiro - DECOF
(*) 2019 – Orçamento empresarial aprovado

Em dezembro de 2018, a CMB recebeu parte dos valores retidos pela União referentes às atividades de controle fiscal da CMB, com o ingresso de R\$ 358 milhões. Os valores recebidos contribuíram para a adequação do fluxo de caixa.

Evolução da Receita Bruta (em milhões)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita bruta						
Produtos	1.290,75	401,15	542,90	529,25	830,35	923,42
Serviços	1.693,78	1.763,48	1.868,82	1.879,21	130,15	124,20
Total	2.984,52	2.164,67	2.411,51	2.408,46	960,50	1.047,62

Fonte: Departamento Contábil e Financeiro – DECOF

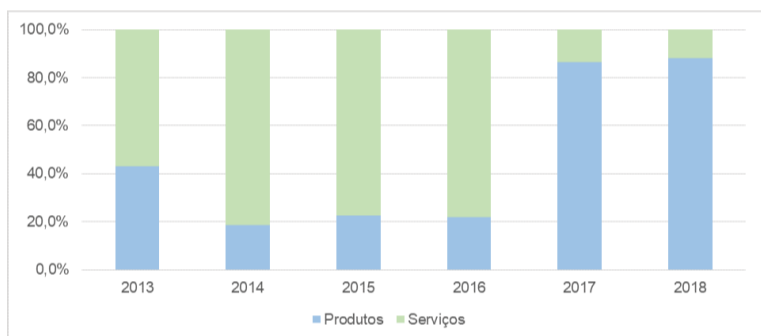


Fonte: Departamento Contábil e Financeiro – DECOF

Participação dos Produtos e Serviços no Receita Bruta (em %)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita bruta						
Produtos	43,2%	18,5%	22,5%	22,0%	86,4%	88,1%
Serviços	56,8%	81,5%	77,5%	78,0%	13,6%	11,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Departamento Contábil e Financeiro – DECOF

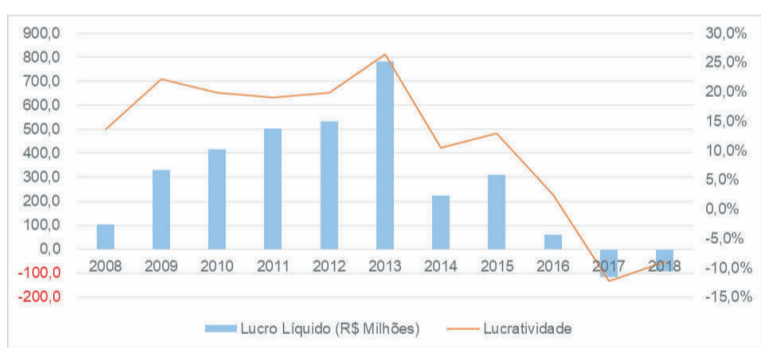


Fonte: Departamento Contábil e Financeiro - DECOF

O resultado no exercício 2018 registra um prejuízo líquido de R\$93,4 milhões (prejuízo líquido de R\$117,5 milhões no exercício anterior), desempenho 20,5% melhor comparativamente a 2017, bem como consignando uma lucratividade final negativa de 9,0% (lucratividade negativa de 12,3% no exercício anterior), 27% melhor do que em 2017.

A rentabilidade final do patrimônio líquido médio registrou em 2018 índice negativo de 4,5% (índice 5,4% negativo no exercício anterior), 17% melhor do que em 2017.

Lucro Líquido e Lucratividade Líquida



Fonte: Departamento Contábil e Financeiro - DECOF

Este resultado foi influenciado pela receita bruta que atingiu R\$1.047,6 milhões (R\$960,5 milhões no exercício anterior), destacando-se as receitas das vendas de R\$364,6 milhões com as Cédulas e Moedas nacionais ao BCB, R\$243,5 milhões com os Passaportes e Documentos de Viagem ao Departamento de Polícia Federal – DPF e Ministério das Relações Exteriores – MRE, R\$ 102,0 milhões com reconhecimento da receita de 70% do Serviço de Rastreamento de Selos de Cigarro - SCORPIOS.

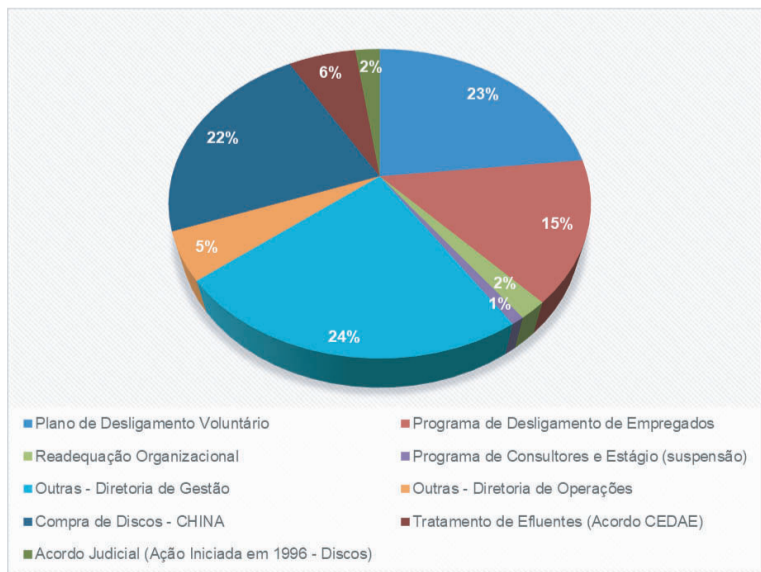
O Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (CPV) alcançou R\$697,9 milhões (redução de 0,4% em relação ao exercício anterior), passando a representar 67,5% da Receita Líquida (72,6% no exercício anterior)

O Lucro Bruto Operacional totalizou R\$336,7 milhões, representando um aumento de 28,5% quando comparado ao ano anterior. As Despesas Operacionais totalizaram R\$443,8 milhões (R\$451,0 milhões no exercício anterior), representando 42,9% da receita líquida do exercício (47,1% no exercício anterior).

Para reverter o desequilíbrio econômico gerado pela suspensão das atividades de controle de bebida e a incidência da DRU sobre taxas destinadas à CMB, diversas medidas de gestão foram adotadas desde 2017 para assegurar o fluxo de caixa e a retomada da sustentabilidade empresarial.

ECONOMIAS GERADAS POR MEDIDAS DE GESTÃO: R\$ 359,8 milhões

Destacam-se, dentre as medidas para o reequilíbrio empresarial, os planos de desligamento de empregados, com redução de 20,9% do quadro, a reestruturação organizacional e a revisão de contratos.

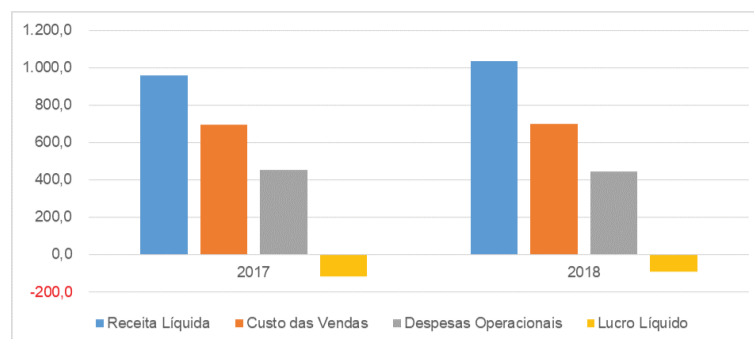


Fonte: Diretoria de Gestão – DIGES

Economias - Medidas de Gestão	(R\$ milhões)
Plano de Desligamento Voluntário	R\$ 83,7
Programa de Desligamento de Empregados	R\$ 53,3
Readequação Organizacional	R\$ 6,8
Programa de Consultores e Estágio (suspensão)	R\$ 3,1
Outras - Diretoria de Gestão	R\$ 84,6
Outras - Diretoria de Operações	R\$ 18,1
Compra de Discos - CHINA	R\$ 80,2
Tratamento de Efluentes (Acordo CEDAE)	R\$ 22,0
Acordo Judicial (Ação Iniciada em 1996 - Discos)	R\$ 8,0
Total (Maio/2017 a Dezembro/2018):	R\$ 359,8

Fonte: Diretoria de Gestão - DIGES

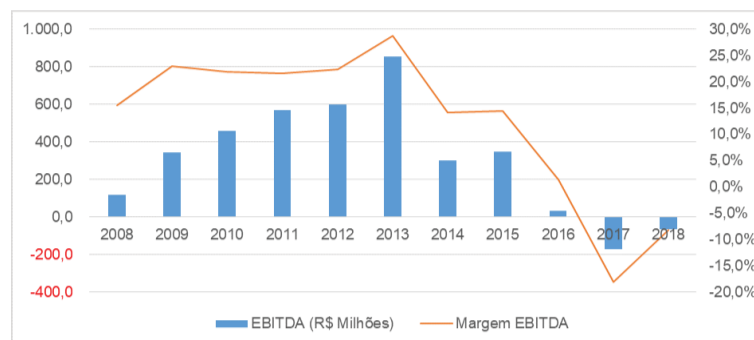
Composição da Demonstração de Resultado (em R\$ Milhões)



Fonte: Departamento Contábil e Financeiro - DECOF

Após o final de 2018, a capacidade de geração de caixa operacional, apurada pelo conceito EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), foi negativa de R\$84,3 milhões (negativa de R\$172,6 milhões no exercício anterior), desempenho 51,1% melhor comparativamente a 2017, consignando margem EBITDA negativa de 8,1% (negativa de 18,0% no exercício anterior), desempenho 55% melhor comparativamente a 2017.

EBITDA e Margem



Fonte: Departamento Contábil e Financeiro - DECOF

Os resultados evidenciam que as medidas de gestão para a redução de gastos contribuíram para a redução substancial do prejuízo em 2018 em relação às estimativas iniciais e em comparação ao exercício anterior.

Frise-se que o prejuízo líquido de R\$117,5 milhões registrado em 2017 decorreu de fatores extraordinários, relacionados a mudanças súbitas em marcos legais e regulatórios relacionados às atividades de controle fiscal da CMB, após longa série histórica de resultados superavitários e de distribuição de lucros à União.

O prejuízo líquido de R\$93,4 milhões em 2018, que é 20,5% inferior ao observado em 2017, embora ainda reflita o impacto da ausência do controle de bebidas e a incidência da DRU, demonstra uma curva de retorno progressivo da empresa a níveis adequados de sustentabilidade econômica, que se espera atingir ainda em 2019 pelo aprofundamento das medidas estruturais de redução de custos e pela ampliação das linhas de negócio.

6 Governança Corporativa

A CMB tem realizado diversas ações para fomentar as boas práticas e reforçar a governança e a sustentabilidade da empresa, tais como a gestão para redução de gastos e a plena adequação aos requisitos da Lei das Estatais (Lei 13.303/16).

Nesta perspectiva, destacam-se os esforços e medidas adotadas para ambientação organizacional em compliance, valendo registrar a seguir os fatos mais relevantes e as políticas estabelecidas para aderência ao novo regime jurídico das estatais.

Novo Código de Ética, Conduta e Integridade

Em 2018, foi aprovado o novo Código de Ética da CMB, agora denominado Código de Ética, Conduta e Integridade. O documento incorporou exigências da Lei das Estatais, dispoendo sobre princípios, valores e missão da empresa; orientações sobre prevenção de conflito de interesse e vedação de atos de corrupção e fraude; canal de denúncias; e necessidade de treinamento periódico sobre o Código para empregados e administradores.

Todos os empregados e colaboradores receberam cópia digital do documento com confirmação de leitura e foram realizadas as palestras que compõem o programa de treinamento anual.

Implantação Efetiva do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD)

O Comitê de Auditoria Estatutário realizou sua primeira Reunião Ordinária em 16 de julho de 2018, no Escritório CMB do Flamengo. O Comitê foi instituído para atender a Lei das Estatais e o Estatuto da CMB, com o objetivo de dar suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização.

Certificação Nível 1 do IG-SEST

O ano de 2018 foi marcado pela melhoria nos indicadores de governança da CMB, notadamente no Índice de Governança da SEST (IG-SEST), criado com o intuito de medir o grau de aderência das empresas estatais federais à Lei das Estatais, ao Decreto 8.945/16 e às Resoluções CGPAR.

No 1º ciclo de avaliação (2017), a CMB já havia ficado bem colocada no ranking das estatais, obtendo Certificado de Nível 2. No 2º e 3º ciclos de avaliação (2018), a CMB passou a figurar no seletor grupo de estatais com melhor avaliação de desempenho, o Nível 1.

No 3º ciclo, houve mudança nos critérios de avaliação da SEST, aumentando a quantidade e a complexidade das questões respondidas. O foco da avaliação também mudou: no 1º e 2º ciclos o foco foi a conformidade, no 3º ciclo passou a ser a efetividade. Dessa terceira rodada de avaliação, cujo resultado foi divulgado em novembro de 2018, participaram 54 empresas estatais, que tiveram uma nota média geral de 7,0, enquanto a nota geral da CMB foi 8,76, superior à nota geral de 7,79, apurada no 2º ciclo.



A Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, confere ao

Casa da Moeda do Brasil - CMB

certificação Nível 1 no 3º ciclo de avaliação do Indicador de Governança - IG-SEST, de acordo com o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.



SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Política de Competências e Alçadas Decisórias

O Conselho de Administração aprovou a Política de Competências e Alçadas Decisórias, com o objetivo de dar maior transparência às atribuições das autoridades constituídas e fixar, num único documento, as competências e alçadas de decisão da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Presidente e Diretores das áreas.

Para garantir que todos os empregados tenham ciência do normativo, o CONSAD solicitou que a Ouvidoria, com apoio do Departamento de TI Corporativo e Comunicação (DETIC), disponibilizasse o texto integral da Política de Competências e Alçadas Decisórias através de e-mail a todos os empregados, com confirmação de leitura ao final do documento.

A política de alçadas nasce plenamente adequada ao novo Estatuto Social e reforça a aderência da CMB às Resoluções CGPAR, e seu alinhamento estratégico com as melhores práticas de governança.

Política de Porta-Vozes

A Lei das Estatais define a competência do Conselho de Administração para estabelecer a política de porta-vozes, sem prejuízo das disposições contidas na Lei nº. 6404/1976. A política de porta-vozes foi aprovada em 2018, com o objetivo de eliminar o risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa.

Política de Transações com Partes Relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas, em equidade com o mercado, estabelece diretrizes, regras e princípios a serem observadas pela empresa quando da ocorrência de transações entre Partes Relacionadas. Ela visa, em última instância, garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração, considerando um ambiente negocial transparente entre as partes interessadas, com confiança e ampla divulgação de informações.

A política está em linha com as melhores práticas de governança, ao assegurar a conformidade nos negócios da empresa e ao mitigar riscos de conflito de interesses. Além disso, trata-se de mais um instrumento facilitador do controle da sociedade sobre a gestão das empresas estatais.

Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Informações, publicada em 2018, atende à exigência de transparência do novo regime jurídico das estatais. A política está em linha com as melhores práticas do mercado e está adequada à realidade da CMB, que tem a responsabilidade de proteger informações sensíveis de seus clientes e dos cidadãos e demais stakeholders.

Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos

A Política de Destinação de Resultado e Distribuição de Dividendos, aprovada em 2018, está em consonância com as disposições legais e constitui um instrumento de gestão corporativa relevante nas relações da CMB com seu acionista controlador e com a sociedade brasileira.

A instituição de Política de Destinação de Resultado e Distribuição de Dividendos contribui para viabilizar a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos da empresa, fundamentada na avaliação das seguintes condicionantes: resultados alcançados pela empresa; condição financeira da empresa; necessidades de caixa; manutenção de seus negócios; perspectivas futuras dos mercados de atuação, atuais e potenciais; financiamento de oportunidades de investimento; manutenção e expansão da capacidade produtiva; e busca de novos negócios.

Política de Gestão Integrada de Riscos

No exercício de 2018, a Política de Gestão Integrada de Riscos da CMB foi revisada, atendendo às melhores práticas de mercado, literatura e legislação aplicáveis, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração.

A revisão teve como objetivos a formação de uma melhor metodologia para o processo de gestão de riscos e o estabelecimento de uniformidade de linguagem e de padrão de conduta compatíveis com a cultura organizacional da CMB.

Regimentos Internos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário

Seguindo as melhores práticas de governança, os Conselhos de Administração e Fiscal e o Comitê de Auditoria elaboraram seus respectivos regimentos internos, que estão disponíveis para consulta na intranet (rede corporativa) e na internet (rede mundial de computadores).

A medida confere maior transparência quanto à composição, estrutura orgânica e modo de funcionamento desses órgãos colegiados, eleva os indicadores de governança corporativa e facilita as ações fiscalizatórias dos órgãos de controle internos e externos.

Renovação de Certificados Internacionais

A CMB recebeu, em 2018, auditores da ABNT para renovação dos certificados nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. A CMB atendeu satisfatoriamente os requisitos técnicos e obteve a renovação dos certificados. A ISO 9001 é a norma que certifica os Sistemas de Gestão da Qualidade e que define os requisitos para a sua implantação. A ISO 14001 é uma ferramenta que auxilia na identificação e gestão de riscos ambientais e que exige o compromisso efetivo das empresas com a prevenção da poluição, práticas sustentáveis e políticas ambientais com melhorias contínuas, como parte do ciclo normal de gestão empresarial. Já a OHSAS 18001 é um padrão internacional que estabelece requisitos relacionados à Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, que busca estudar os perigos e riscos do trabalho e assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Ouvidoria da CMB conquista 1º lugar em Concurso Nacional de Boas Práticas

O Prêmio de 1º lugar foi entregue em cerimônia realizada em 12 de março de 2018, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no evento “Ouvidoria 3.0”.

Com a apresentação da boa prática “Matriz de Criticidade em análise prévia de denúncias”, a Ouvidoria da CMB conquistou o primeiro lugar e venceu o concurso nacional de boas práticas da Rede de Ouvidorias, promovido pela Ouvidoria-Geral da União, na “Categoria A – Aprimoramento do Controle Social”.

O concurso contou com a inscrição de 71 boas práticas incluindo representantes dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de diversos entes da Federação (União, Estados e Municípios).

A boa prática criada pela Ouvidoria, à época liderada por Aloysio Netto, ajuda a compreender melhor quais são os elementos da denúncia, tornando o trabalho de acolhimento e encaminhamento mais seguro e efetivo. Trata-se de uma excelente medida de governança.

A excelência comprovada da medida de governança criada pela CMB e a conquista deste prêmio demonstram o alto nível de profissionalismo da equipe da Ouvidoria e de maturidade das áreas de controles internos da CMB.

7 Gestão de Pessoas

Após a reestruturação e os desligamentos de empregados ocorridos em 2017 mediante Plano de Desligamento Voluntário – PDV, a CMB efetivou, em 2018, o Plano de Desligamento de Empregados – PDE, em virtude da necessidade de redução de despesas com pessoal diante do cenário econômico-financeiro da empresa.

O processo de desligamento ocorreu de forma compulsória para um grupo de empregados que cumpria critérios objetivos, previamente analisados pelo Departamento Jurídico da CMB e validados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Evolução do Quadro de Pessoal e da Remuneração

A CMB encerrou o exercício de 2018 com 2.151 empregados efetivos, incluindo requisitados e nomeados em cargos de livre provimento. Em relação ao ano anterior, houve uma redução de 211 empregados, entre eles os desligados por meio do PDE, rescisão consensual e falecimentos, reduzindo em 8,9% o quadro de pessoal e 1,2% a folha de pagamento anual, na ordem de R\$ 6,1 milhões.



Fonte: Departamento de Pessoas - DEGEP

Obs: Folha Salarial considera valores de indenizações para rescisões de contratos de trabalho

Previdência Complementar

A CIPRÃO – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo primordial instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma das Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Em 2018, foram desenvolvidas ações visando ao contínuo aperfeiçoamento da governança corporativa da CIPRÃO e à sensibilização dos empregados sobre previdência complementar.

Foi lançada, em parceria com a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIPRÃO), a campanha +Futuro, com o objetivo de informar aos empregados as possibilidades e vantagens do MOEDAPREV. A ação foi uma grande oportunidade para cada empregado tirar suas dúvidas e teve como resultado 120 novas adesões.

Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas/Competências

Em 2018, houve a continuidade das ações educacionais, englobando diversos temas como Gestão pela Qualidade, Gestão de Negócios, Metalurgia, Ética, e Gestão e Fiscalização de Contratos. Este último curso, com instrutora interna, foi ministrado durante todo o exercício e obteve resultado substancialmente positivo para a empresa.

O quantitativo de participações de empregados, as despesas totais e por participante em treinamento no período de 2014 a 2018 está demonstrado abaixo:

TREINAMENTOS	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas totais	R\$ 1.282.305,02	R\$ 745.107,00	R\$ 900.991,22	R\$ 721.696,48	R\$ 305.335,39
Participações	17.891	14.279	11.073	5.659	8.454
Despesa/Participante	R\$ 71,67	R\$ 52,18	R\$ 81,37	R\$ 127,53	R\$ 36,12

Fonte: Departamento de Pessoas - DEGEP

Também foram disponibilizadas diversas ações educacionais sem ônus para a CMB e ações educacionais promovidas por intermédio do Termo de Cooperação SENAI/CMB, contemplando 227 participações.

A CMB adotou um modelo de planejamento educacional pautado em 05 dimensões de conhecimentos: Liderança, Exigência Legal, Institucional, Técnica e Especialização.

Avaliação de Desempenho

Em 2018, a CMB modificou a Avaliação de Desempenho dos empregados. A avaliação direta “Gestor Imediato ao Empregado” passou a ter uma periodicidade trimestral, contemplando pactuação e aferição de meta individual e a necessidade do feedback presencial.

Para subsidiar os avaliados e os avaliadores dos conhecimentos necessários, foram desenvolvidas uma Norma de Administração – NAD, cartilhas e turmas de sensibilização, a fim de apresentar as principais diretrizes sobre a nova avaliação.

Gestão do Conhecimento

Em 2018 a CMB retomou as ações de Gestão do Conhecimento, adaptando o Programa às atuais necessidades organizacionais. Para o devido aperfeiçoamento, foram implantados Projetos Pilotos no Departamento de Manutenção – DEMAN e no Departamento de Matrizes e Projetos Artísticos – DEMAT, a fim de levantar os conhecimentos que impactam a produção e estão concentrados com um número pequeno de empregados, de modo viabilizar a transmissão de “Conhecimento Geracional”, onde pessoas de diferentes gerações aprendem umas com as outras - não só os jovens profissionais com profissionais seniores, mas também os profissionais seniores com os profissionais mais jovens.

8 Responsabilidade Social

Desenvolvendo ações que visam agregar valor sociocultural para o crescimento sustentável da sociedade, a CMB, em 2018, realizou diversas atividades relevantes.

Programa Jovem Aprendiz

A CMB, em atendimento à Lei de Aprendizagem, participa do Programa Jovem Aprendiz, oportunizando o primeiro emprego para jovens participantes, a maioria residentes em seu entorno, nos Bairros de Santa Cruz, Itaguaí e Seropédica.

O Programa é realizado por meio de convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem - SENAI, com duração de 12 a 14 meses e assegura a aprendizagem teórica e prática. Em dezembro de 2018, a CMB mantinha 78 jovens contratados.

Prevenção e Promoção de Saúde e Qualidade de Vida

O Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre SESI e CMB foi repactuado em fevereiro de 2018 e, com isso, o DEGEP adotou providências para que os recursos decorrentes deste contrato fossem investidos em prevenção em saúde, segurança do trabalho e promoção de qualidade de vida na empresa.

Também foi realizada campanha de vacinação contra o Vírus Influenza (gripe), a partir de parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – CAP 5.3 – Serviço de Vigilância em Saúde da 19ª Região Administrativa de Saúde, possibilitando a imunização de 996 empregados, jovens aprendizes e terceirizados.

Museu e Centro Cultural da Casa da Moeda do Brasil (MCMB)

A CMB, comprometida com ações de cidadania voltadas à democratização da cultura nacional, que abrange sua própria cultura tricenária, celebrou em 2018 a conclusão de parte do restauro do Palacete Casa da Moeda do Brasil e sua abertura ao público para visitação.

O novo espaço oferece ao público um local único para busca de conhecimento acerca da evolução dos conceitos técnicos e artísticos exclusivos da indústria moedeira. Operando como ambiente dinâmico, o MCMB sediou o evento “Colecionismo em Movimento”, promovido pela CMB em parceria com a Sociedade Numismática Brasileira (SNB), que passou a fazer parte do calendário numismático brasileiro.

Clube da Medalha do Brasil

Criado em 03 de março de 1977, o Clube da Medalha do Brasil fomenta o colecionismo de medalhas por meio do lançamento de peças comemorativas alusivas a fatos e acontecimentos que marcam a história de um povo e de uma nação.

Foram realizados diversos lançamentos de medalhas comemorativas com as mais variadas temáticas, dentre as quais os 200 Anos do Museu Nacional, os 120 Anos do *Club de Regatas Vasco da Gama* e a Série Bichos do Real.

9 Sustentabilidade

A CMB busca, além de garantir a qualidade e segurança de seus produtos, desenvolver processos e ações que equilibram o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente e das pessoas.

Gestão de Efluentes Líquidos

A CMB recupera até 90% da solução de limpeza da produção de cédulas e de outros impressos de segurança, economizando água e produtos químicos que compõem a solução. Desde o início da operação, em maio de 2013, até o final do ano de 2018, a moderna Estação de Tratamento de Efluente Industrial (ETE) já economizou mais de 60 milhões de litros de água.

Em 2018, foi assinado um contrato com a concessionária Zona Oeste Mais para coleta, tratamento e descarte dos efluentes. O modelo substituiu o descarte por empresa terceirizada, gerando economias de aproximadamente um milhão de reais por ano.

Gestão de Resíduos Sólidos

A CMB dispõe de uma Central de Resíduos em uma área de cerca de 5 mil metros quadrados, com instalações modernas e construídas segundo diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para armazenagem temporária de resíduos Classe I – Perigosos e Classe II – Não Perigosos, incluindo os resíduos recicláveis.

Como resultado do incremento de estudos para soluções mais sustentáveis na destinação final dos resíduos sólidos, a CMB enviou, em 2018, cerca de 1.200 toneladas (55,1% do total de resíduos sólidos gerados) para os processos de Reciclagem, Refino de Óleos, Coprocessamento em Fornos para Produção de Cimento e Compostagem para produção de adubos orgânicos.

Alinhada aos princípios e metas do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), e em cumprimento ao Decreto nº 5940/2006, a CMB mantém participação ativa no Programa de Coleta Seletiva Solidária, através de doação de resíduos recicláveis à Cooperativas de Catadores. Em 2018, a CMB doou cerca de 76 toneladas para as cooperativas, contribuindo para a inclusão social e econômica desses trabalhadores.

Gestão de Emissões Atmosféricas

A CMB realiza semestralmente o monitoramento das fontes fixas de emissões atmosféricas em atendimento ao Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas Para a Atmosfera (PROMON AR), estabelecido pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, conforme condicionante da Licença de Operação e Recuperação (LOR). Em todos os resultados a CMB comprova o correto tratamento e descarte das emissões atmosféricas provenientes dos seus processos produtivos.

Sendo a CMB integrante do Programa Brasileiro GHG Protocol, seu inventário anual de emissões de gases de efeito estufa (GEE) é um relatório público que pode ser acessado através do Registro Público de Emissões. Este relatório é elaborado desde 2013 com os respectivos dados verificados por organismos acreditados, agregando mais credibilidade e qualidade no processo de mensuração e relato das emissões de GEE. A CMB obteve a qualificação na categoria ouro para todos os seus inventários de GEE.

Certificação FSC

Em 2016, a CMB conquistou a certificação FSC, que tem sido exigida por clientes e é vista pelo mercado como uma garantia de produção responsável, pois reconhece e identifica produtos madeireiros e não madeireiros cujas origens atestam o adequado manejo das florestas e de plantações florestais.

Em 2018, a CMB passou por sua segunda auditoria. Foi assegurada a manutenção da certificação FSC, com possibilidade de ampliação do escopo no futuro.

Certificações ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001

Atuando de forma integrada com relação à gestão da Qualidade, Meio Ambiente e Segurança e Saúde Ocupacional, a CMB submeteu-se ao processo de recertificação com migração para a versão 2015 nas normas ABNT NBR ISO 14.001 (Gestão Ambiental) e ABNT NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), e recertificação seguindo os requisitos da OHSAS 18.001:2007 (Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional). Todo o processo de auditorias ocorreu em 2018.

A CMB reforça seu compromisso com a melhoria contínua de seus sistemas de gestão e em relação às questões de Meio Ambiente, Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho.

Relatório de Sustentabilidade

Pelo segundo ano consecutivo, a CMB divulgou seu desempenho econômico, social e ambiental por meio do Relatório de Sustentabilidade adotando a metodologia da *Global Reporting Initiative (GRI)*, uma instituição internacional que define diretrizes padronizadas para a elaboração do documento.

O relatório tem como objetivo informar o que, de fato, é relevante aos públicos de interesse, com qualidade e confiabilidade nos dados de forma que o desempenho da CMB possa ser comparado com outras instituições.

Plano de Ação de Emergência (PAE) e Parcerias

A CMB mantém Plano de Ação de Emergência (PAE) robusto que garante pronto atendimento a qualquer emergência em suas instalações, em situação regular e de conformidade segundo as normas da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros e respectivas certidões. Os investimentos na segurança foram mantidos e, no final de 2018, um novo sistema de combate a incêndio foi instalado nas áreas críticas.

Atuando preventivamente, foram atualizados os treinamentos de Brigadistas Voluntários de Incêndio. A CMB estimula os empregados a atuarem como brigadistas com pontuação para promoção e ações de conscientização continuadas.

Treinamentos especializados na área de segurança do trabalho foram ofertados em parceria com o SENAI, capacitando os recursos humanos sem custo adicional para CMB. Todos os treinamentos são voltados para a habilitação dos empregados para atuarem de forma segura em suas funções.

Além disso, parceria da CMB com a Firjan, firmada em 2018, está garantindo melhorias do parque industrial no que concerne à segurança em máquinas e equipamentos. O serviço de diagnóstico das máquinas da CMB será ofertado sem custos.

Relativamente à segurança patrimonial de seus bens móveis e imóveis, a CMB também mantém apólices de seguro contratadas e renovadas anualmente para cobertura dos riscos contra seu Patrimônio, conforme relacionado a seguir:

- 1) Seguro de Riscos Nomeados Operacional, emitido pela CHUBB SEGUROS BRASIL, abrangendo coberturas de Incêndio, Raio e Explosão, bem como coberturas especiais de Danos Elétricos e Derrame ou vazamento de Chuveiros automáticos (sprinklers), com prazo de vigência de 31/01/2018 a 31/01/2019, contemplando os riscos das unidades prediais localizadas em Santa Cruz, Praia do Flamengo, Praça da República e Brasília, gerando um prêmio total de R\$ 2.845.212,42 para um Limite Máximo de Indenização (LMI) de R\$ 700.000.000,00;
- 2) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, emitido pela CHUBB SEGUROS BRASIL, abrangendo a cobertura de Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais, com prazo de vigência de 31/01/2018 a 31/01/2019, contemplando os riscos das unidades prediais localizadas em Santa Cruz, Praia do Flamengo, Praça da República e Brasília, gerando prêmio anual de R\$ 28.026,18 para uma importância segregada de R\$ 10.000.000,00;
- 3) Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (E&O), emitido pela CHUBB SEGUROS BRASIL, obrigatório relacionado à atividade de serviço de Certificação digital pela empresa, com prazo de vigência de 16/11/2017 a 16/11/2018, gerando prêmio total de R\$ 13.578,92 para uma importância segregada de R\$ 600.000,00.
- 4) Seguro de Automóvel (AUTO) com Responsabilidade Civil Facultativa (RCF), compreendendo as coberturas compreensiva (Veículo) e de Terceiros (Danos Materiais e Pessoais), emitido pela PORTO SEGURO, abrangendo cobertura exclusiva de 05 (cinco) veículos da empresa, com prazo de vigência de 03/11/17 a 03/11/18, gerando prêmio total de R\$ 25.226,79.
- 5) Seguros de Transporte Nacional, Transporte Importação e Transporte Exportação, todos com prazo de vigência de 04/02/2018 a 04/02/2019, mediante apólices emitidas pela MAPFRE SEGURADORA, coberturas amplas, abrangendo para todas taxas de 0,19% por embarque.

10 FUTURO

A CMB continuará a envidar esforços para aumentar a rentabilidade, mediante melhoria da lucratividade e estrutura de capital. Para tanto, manterá sua estratégia de redução de gastos, mediante revisão de contratos e redimensionamento do quadro de pessoal; o fortalecimento da capacidade operacional, com aumento da eficiência geral da planta fabril; e a ampliação das linhas de negócio, principalmente nos segmentos de controle fiscal.

Apesar da significativa perda de receita em 2016 em virtude da suspensão do controle da produção de bebidas e da incidência da DRU sobre taxas destinadas à CMB, os resultados de 2018, comparativamente a 2017, demonstram que as ações de gestão estão direcionando a CMB para a recuperação da sustentabilidade econômica no curto prazo.

O ingresso de R\$ 358 milhões, em dezembro de 2018, referente à parcela incontroversa de taxas destinadas à CMB pela Lei 12.995/14, relacionadas a atividades de controle fiscal, que, desde 2016, vinham sendo retidas na Conta Única do Tesouro, assegura capacidade de caixa para que a recuperação da sustentabilidade econômica da CMB, após o impacto de 2016, ocorra sem a necessidade de aportes da União, preservando o status histórico de empresa pública não dependente.

Em um mundo em transição, em que a demanda de dinheiro físico pelos bancos centrais segue crescente, mas os mercados comerciais limitam novos investimentos, e em que os riscos externos cada vez mais abrangem ameaças híbridas, a CMB continuará atuando para assegurar a autossuficiência nacional para a produção de numerário, além de operar como braço estatal para as demandas estratégicas por documentos e soluções de segurança.

Finalmente, todas as ações que a CMB pretende executar estarão alinhadas com o Programa de Integridade da empresa, bem como observância as demais Políticas instituídas, demonstrando o esforço para o fortalecimento do *Compliance* como forma de assegurar a busca contínua na melhoria dos processos de gestão, de controles internos e respeito às normas e regulamentações.

ALEXANDRE BORGES CABRAL

PRESIDENTE

C.P.F. Nº 213.810.973-91

ARY VICENTE DE SANTANA

DIRETOR DE INOVAÇÃO E MERCADO

CPF. Nº 351.363.911-20

ABELARDO DUARTE DE MELO SOBRINHO

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

C.P.F. Nº 260.056.467-53

JEHOVAH DE ARAUJO SILVA JUNIOR

DIRETOR DE OPERAÇÕES

C.P.F. Nº 814.513.507-91

VAGNER DE SOUZA LUCIANO

DIRETOR DE GESTÃO

C.P.F. Nº 473.420.481-00

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2018
(EM REAIS)

ATIVO		31.12.2018	31.12.2017	PASSIVO		31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE	NOTA	874.274.342,21	694.879.475,18	CIRCULANTE	NOTA	623.312.207,00	384.617.421,86
DISPONÍVEL		431.511.574,02	241.579.989,83	FORNECEDORES	(7.1)	35.921.428,19	42.313.061,22
BANCOS CONTA MOVIMENTO	(4.1)	8.722.243,79	17.669.158,99	EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(7.2.a)	9.454.586,10	22.860.953,92
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(4.1)	422.789.330,23	223.910.830,84	DIVIDENDOS A PAGAR	(9)	0,00	0,00
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		207.998.565,30	268.589.151,10	PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(7.3)	3.675.944,37	3.688.783,06
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(4.2)	35.042.637,33	57.375.064,70	REMUNERAÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL DOS DIRIGENTES	(7.4)	0,00	869.455,72
(-) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITO LIQ.DUVIDOSA	(4.2)	(160.057,82)	(181.638,34)	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(7.5)	9.767.761,49	9.967.176,54
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(4.3)	102.077.620,29	97.285.393,38	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(7.6)	75.710.977,18	54.269.426,44
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	(4.4)	5.393.050,13	4.345.723,89	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA DA CMB	(15)	0,00	7.815.590,42
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(4.5)	51.305.936,81	106.263.803,57	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(7.7)	300.855.910,74	30.962.729,68
OUTROS VALORES A RECEBER	(4.6)	14.339.378,56	3.500.803,90	PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR	(7.8)	144.171.294,10	169.351.279,02
ESTOQUES	(4.7)	234.322.500,94	184.323.854,72	PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(7.9)	0,00	0,00
PRODUTOS ACABADOS		76.124.408,46	87.171.802,86	PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.9)	0,00	0,00
PRODUTOS EM PROCESSO		39.617.869,22	9.461.549,23	FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	(7.2.b)	37.939.335,84	37.122.308,68
MATÉRIA-PRIMA		98.390.662,90	69.836.694,25	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(7.10)	5.814.968,99	5.396.657,16
ALMOXARIFADO		19.148.967,86	17.492.440,88				
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		1.040.592,50	361.367,50				
DESPESAS ANTECIPADAS	(4.8)	441.701,95	386.479,53				
NÃO CIRCULANTE	NOTA	2.267.550.008,61	2.337.810.927,61	NÃO CIRCULANTE	NOTA	515.843.878,74	531.385.347,45
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.612.925.474,08	1.616.693.340,38	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(8.1)	0,00	50.000.000,00
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	48.120.347,18	46.973.103,11	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(15)	77.691.924,23	48.077.491,91
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.1)	717.115.500,83	619.830.107,44	PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(8.2)	21.013.767,51	14.568.855,63
(-) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITO LIQ.DUVIDOSA	(5.1)	(59.016.779,64)	(53.100.559,29)	PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	(8.3)	394.251.111,50	391.930.160,84
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(5.2)	879.602.905,22	956.471.600,85	OUTRAS CONTAS A PAGAR	(8.4)	22.887.075,50	26.808.839,07
CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS	(5.3)	13.246.568,12	16.249.885,62				
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(5.4)	11.866.495,17	27.859.976,55				
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(5.5)	569.139,92	569.139,92				
(-) PERDAS ESTIMADAS COM INVEST. TEMPORÁRIOS	(5.5)	(569.139,92)	(37.663,29)				
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.6)	1.990.437,20	1.877.749,47				
INVESTIMENTOS		494.932,63	493.388,63				
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS	(6.1)	1.669.906,59	1.669.906,59	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2.002.668.265,08	2.116.687.633,48
(-) PERDA ESTIMADA COM INVEST. POR INCENT. FISCAIS	(6.1)	(1.665.940,87)	(1.667.484,87)	CAPITAL SOCIAL	(10)	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
OBRAS DE ARTE	(6.1)	490.966,91	490.966,91	RESERVAS DE LUCRO	(11.1)	641.990.450,99	756.009.819,39
IMOBILIZADO TÉCNICO	(6.2.1.1)	647.342.805,31	712.342.846,07	RESERVA DE LUCRO	(11.1.a)	18.576.654,14	18.576.654,14
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.485.783.754,31	1.457.436.900,67	RESERVA LEGAL	(11.1.a)	598.908.522,36	706.558.870,58
(-) DEPRECIações		(839.869.028,57)	(765.138.754,46)	RESERVA PARA INVESTIMENTOS	(11.1.c)	14.291.822,11	0,00
(-) PERDA EST. RED. AO VR. RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)	(6.2.1.1)	(3.305.035,14)	0,00	RESERVA ESPECIAL	(11.1.b)	10.213.452,38	30.874.294,67
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	(6.2.1.1)	4.715.495,16	10.757.445,81	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(15)		
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	(6.2.1.1)	17.619,55	9.287.254,05				
INTANGÍVEL	(6.3)	6.786.796,59	8.281.352,53				
TOTAL		3.141.824.350,82	3.032.690.402,79	TOTAL		3.141.824.350,82	3.032.690.402,79

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 2018

DESCRIÇÃO	EM REAIS	
	31.12.2018	31.12.2017
I - FATURAMENTO BRUTO	1.047.627.280,68	960.508.377,86
(-) IPI CONTIDO NO FATURAMENTO BRUTO	79.999,64	191.351,90
II - RECEITA BRUTA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.047.547.281,04	960.317.025,96
DEDUÇÕES DAS VENDAS		
(-)IMPOSTO S/CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	12.878.106,73	3.528.533,26
(-)IMPOSTO S/SERVIÇOS	5.846.606,24	1.073.161,29
(-)PASEP S/FATURAMENTO	1.105.939,85	866.129,49
(-)COFINS S/FATURAMENTO	1.050.685,91	261.373,14
(-)DEVALUÇÕES DE VENDAS	4.839.522,34	1.218.218,14
	35.352,39	109.651,20
III - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.034.669.174,31	956.788.492,70
IV - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	697.949.401,15	694.831.611,31
V - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	336.719.773,16	261.956.881,39
VI - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	443.786.798,26	451.043.106,76
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	415.404.704,28	447.961.588,04
DESPESAS COM PESSOAL	(12.c.1)	311.831.706,04
DESPESAS COM MATERIAIS	(12.c.2)	7.157.763,55
DESPESAS COM SERVIÇOS	(12.c.3)	73.649.168,81
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(12.c.4)	22.766.065,88
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(12.c.5)	29.974.250,76
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - LÍQUIDAS	(12.c.6)	(1.592.156,78)
VII - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(107.067.025,10)	(189.086.225,37)
VIII - RESULTADO FINANCEIRO	13.708.498,99	71.489.807,52
RECEITAS FINANCEIRAS	(12.d)	35.445.114,31
DESPESAS FINANCEIRAS	(12.d)	21.736.615,32
IX - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(93.358.526,11)	(117.596.417,85)
X - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(7.9)	-
XI - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.9)	-
VIII - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(93.358.526,11)	(117.596.417,85)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2018
(EM REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS				LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
SALDO EM 31/12/2016	1.360.677.814,09	18.576.654,14	809.863.466,32	14.291.822,11	42.986.897,33	0,00	2.246.396.653,99
1. PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(117.596.417,85)	(117.596.417,85)
2. COMPENSAÇÃO DO RESULTADO:	0,00	0,00	(103.304.595,74)	(14.291.822,11)	0,00	(117.596.417,85)	0,00
COMPENSAÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	(103.304.595,74)	0,00	0,00	103.304.595,74	0,00
COMPENSAÇÃO DE RESERVA DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS Ñ-DISTRIBUIDOS	0,00	0,00	0,00	(14.291.822,11)	0,00	14.291.822,11	0,00
3. DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.112.602,66)	0,00	(12.112.602,66)
SALDO EM 31/12/2017	1.360.677.814,09	18.576.654,14	706.558.870,58	0,00	30.874.294,67	0,00	2.116.687.633,48
1. REVERSÃO DA COMPENSAÇÃO DO RESULTADO DE 2017 CONFORME AGO	0,00	0,00	103.304.595,74	14.291.822,11	0,00	0,00	117.596.417,85
2. COMPENSAÇÃO DO RESULTADO DE 2017 CONFORME AGO	0,00	0,00	(117.596.417,85)	0,00	0,00	0,00	(117.596.417,85)
3. PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(9)	0,00	0,00	0,00	0,00	(93.358.526,11)	(93.358.526,11)
4. COMPENSAÇÃO DO RESULTADO:	0,00	0,00	(93.358.526,11)	-	0,00	93.358.526,11	0,00
COMPENSAÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	(11.1.c)	0,00	(93.358.526,11)	0,00	0,00	93.358.526,11	0,00
5. DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	(15)	0,00	0,00	0,00	(20.660.842,29)	0,00	(20.660.842,29)
SALDO EM 31/12/2018	1.360.677.814,09	18.576.654,14	598.908.522,36	14.291.822,11	10.213.452,38	(0,00)	2.002.668.265,08

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO DE 2018
(EM REAIS)

DESCRIÇÃO	MÉTODO INDIRETO	
	31.12.2018	31.12.2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	(93.358.526,11)	(117.596.417,85)
<u>AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:</u>		
DESPESAS FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO	(81.327,62)	60.935,84
PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	5.894.639,83	(37.105.008,40)
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	529.932,63	10.425,36
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	78.276.914,22	66.724.709,91
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	3.305.035,14	(900.095,09)
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	6.444.911,88	1.023.793,93
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.011.579,97	(87.781.656,30)
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:		
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	21.185.183,30	(34.212.739,06)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(102.077.620,30)	(97.285.393,38)
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	(1.047.326,24)	3.489.092,59
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	131.826.562,39	(44.139.963,82)
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	15.993.481,38	(5.845.890,64)
OUTROS CRÉDITOS	(10.838.574,66)	647.131,41
ESTOQUES	(49.998.646,22)	(11.193.185,28)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	(55.222,42)	443.178,36
TOTAL: AUMENTO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	4.987.837,23	(188.097.769,82)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:		
FORNECEDORES	(29.250.667,29)	93.841.574,82
EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS	(13.406.367,82)	9.974.536,31
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	(882.294,41)	(12.363,96)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(199.415,05)	(3.191.996,69)
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	1.219.327,23	(2.825.295,56)
PROVISÕES P/I.R.P.J E P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(23.034.189,50)
PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS	817.027,16	(9.014.032,33)
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	269.893.181,06	(20.440.223,95)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(3.503.451,74)	30.384.606,68
TOTAL: AUMENTO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	224.687.339,14	75.682.615,82
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	230.686.756,34	(200.196.810,30)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	2.890.629,77	1.301.871,87
AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO	(15.087.352,66)	(24.603.561,85)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.196.722,89)	(23.301.689,98)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
DIVIDENDOS PAGO	0,00	0,00
REDUÇÃO EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(28.558.449,26)	(58.605.260,89)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(28.558.449,26)	(58.605.260,89)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	189.931.584,19	(282.103.761,17)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
DESCRIÇÃO	R\$	
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	241.579.989,83	523.683.751,00
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	431.511.574,02	241.579.989,83
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	189.931.584,19	(282.103.761,17)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado, com o objetivo de mensurar o valor da contribuição da Empresa para geração da Riqueza Nacional, e explicitar a distribuição para a sociedade na forma de Remuneração do Trabalho, Governo e Acionista.

DESCRIÇÃO	EM REAIS	
	31.12.2018	31.12.2017
1 - RECEITAS	1.041.697.288,46	997.503.735,06
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.047.174.619,28	960.225.259,06
1.2) Outras Receitas	452.661,40	283.118,80
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	0,00	0,00
1.4) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	5.894.639,83	(37.105.008,40)
1.5) Deduções de Vendas	35.352,39	109.651,20
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	478.261.651,90	473.983.193,00
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	389.425.809,13	359.446.952,72
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	84.901.667,34	114.525.814,92
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	3.934.175,43	10.425,36
2.4) Créditos Tributários	0,00	0,00
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	563.435.636,56	523.520.542,06
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	78.361.536,09	66.724.709,91
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	485.074.100,47	456.795.832,15
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	61.658.687,94	99.940.811,11
6.1) Receitas financeiras	35.376.380,75	94.032.857,33
6.2) Dividendos	68.733,56	232.633,48
6.3) Outras Receitas	26.213.573,63	5.675.320,30
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	546.732.788,41	556.736.643,26
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	546.732.788,41	546.736.643,26
8.1) Pessoal	493.199.331,33	556.840.659,26
8.1.1 - Remuneração direta	344.339.408,42	379.987.233,88
8.1.2 - Benefícios	109.295.251,04	155.336.352,08
8.1.3 - F.G.T.S.	39.564.671,87	21.517.073,30
8.2) Impostos, taxas e contribuições	123.216.104,63	96.136.868,15
8.2.1 - Federais	115.989.178,29	93.747.097,24
8.2.2 - Estaduais	6.088.656,76	1.390.389,29
8.2.3 - Municipais	1.138.269,58	999.381,62
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	23.675.878,56	21.355.533,70
8.3.1 - Juros	20.461.782,71	18.602.371,83
8.3.2 - Aluguéis	3.214.095,85	2.753.161,87
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(93.358.526,11)	(117.596.417,85)
8.4.1 - Dividendos	0,00	0,00
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(93.358.526,11)	(117.596.417,85)

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO DE 2018

DESCRIÇÃO	EM REAIS	
	31.12.2018	31.12.2017
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(93.358.526,11)	(117.596.417,85)
(+/-) Superávit (Deficit) Atuarial de Previdência Privada	(20.660.842,29)	(12.112.602,66)
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(114.019.368,40)	(129.709.020,51)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL
(a) Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, originalmente vinculada ao extinto Ministério da Fazenda, atualmente pertencente à estrutura do Ministério da Economia, e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União e com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70.070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200, possuindo como atividade principal, em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda e moeda metálica nacionais, cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal; as atividades de controle fiscal que tratam os artigos 27 a 30 da Lei nº 11.488/2007 e o art. 13 da Lei nº 12.995/2014, além das atividades compatíveis com suas atividades industriais, bem como a comercialização de moedas comemorativas nas quantidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da CMB em 26 de fevereiro de 2019 e pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2019.

(b) Principais eventos ocorridos em 2018
Desligamento de Empregados

No dia 06 de abril de 2018, a CMB realizou o desligamento de 212 empregados. A redução do quadro de empregados foi avaliada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração como necessária para assegurar a sustentabilidade financeira e a continuidade empresarial.

A redução da folha de pagamento é parte necessária do conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira da CMB e para a preservação da empresa enquanto estatal não dependente.

Assinatura do Contrato de Parceria do Sistema de Controle de Rastreamento de Cigarros (SCORPIOS)

A Casa da Moeda do Brasil, atendendo à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e amparada pelo art. 28, § 3º, II e § 4º da Lei nº 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais – celebrou contrato de parceria CMB junto à empresa Cepts Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas SA, garantindo assim a continuidade do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS) a partir de 6 de setembro de 2018. Tal parceria foi formada com objetivo de permitir a reunião de esforços das parceiras, para, em conjunto, e a partir de cooperação tecnológica, implantar, integrar, instalar e manter sistemas de controle de produção de cigarros, por força da Lei nº 11.488/2007, bem como de fornecer, imprimir, distribuir e ativar o "selo fiscal inteligente", de modo a permitir o avanço tecnológico e a inovação para o integral cumprimento

das obrigações legais atribuídas à CMB e alcançar novos mercados. A duração da parceria contratual será de 10 (dez) anos, prorrogável de acordo com a vontade consensual das partes.

Recebimento de valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviço público

A CMB recebeu parte dos valores retidos pela UNIÃO das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais dos Programas Sistema de Controle de Bebidas (SICOBEB) e Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS). O Projeto de Lei nº 29 de 21/09/2018, de autoria da Presidência da República, que deu origem a Lei nº 13.744 de 22/11/2018, abriu Orçamento Fiscal da União em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Fazenda, liberando crédito especial no valor de R\$ 372.155.920,00 para atender à programação de repasse. Desse total, R\$ 358.000.000,00 foram destinados à CMB.

Em 29/11/2018, a Portaria SOF nº 12.665 contemplou a alocação de recursos na ação Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, por força da Lei nº 13.744/2018, a qual foi publicada utilizando o superávit da fonte 00, e a oportunidade de aproveitamento do excesso de arrecadação da fonte 75, com vistas à consecução da mencionada ação na Secretaria da Receita Federal do Brasil. Por fim, em 06/12/2018, foi publicada a Portaria MF nº 480 que disciplinou os procedimentos no âmbito Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, e a segregação dos percentuais acima retidos de Desvinculação da Receita da União (DRU) na ordem de 30% dos valores arrecadados.

Dessa forma, os pagamentos das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais passam a ocorrer até o último dia útil do trimestre civil subsequente à arrecadação da mesma. De modo que, em 24/12/2018, foram recebidos R\$ 159.012.433,62; em 27/12/2018 R\$ 93.759.766,40 e, em 04/01/2019, serão recebidos R\$ 70.957.404,61, perfazendo um montante de R\$ 323.79.604,63.

A diferença corresponde à parcela a ser recebida no trimestre seguinte referente à arrecadação do último trimestre do ano de 2018.

Judicialização de processo contra o Banco Central do Brasil

A CMB judicializou processo contra o Banco Central do Brasil – BACEN cobrando R\$ 694 milhões por conta de cobertura de custos fixos incorridos pela CMB por conta de cobertura de custos fixos incorridos pela CMB, formalizada por ação distribuída em 13.12.18 para a 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

1.2 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As Demonstrações Contábeis da CMB estão sendo apresentadas conforme a orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas Notas Explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação,

considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 325 anos de existência, 100% pública, e independente do Orçamento Geral da União. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

NOTA 2 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas descritas abaixo:

IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A nova norma, para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018, resulta em maiores e aprimoradas divulgações sobre a receita, fornece orientações para transações que não foram anteriormente abordadas de forma abrangente e melhora a orientação para elementos múltiplos.

A CMB avaliou a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros na data efetiva, sem atualização das informações comparativas para o período iniciado em 1º de janeiro de 2017. Consequentemente, as divulgações para os períodos comparativos seguem os requisitos de classificação e mensuração previstos no IAS 39/CPC 38.

2.2 – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRSs prevejam a adoção antecipada, no Brasil os entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o período findo em 31 de dezembro de 2018, a referida norma a seguir não foi aplicada na preparação dessas Demonstrações Contábeis.

IFRS 16/ CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1 de janeiro de 2019) substituiu os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representa uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que, anteriormente, eram classificados como arrendamentos operacionais com mais ativos e passivos a serem reportados no Balanço Patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento.

A CMB está em processo de avaliação do impacto total da aplicação da IFRS 16/CPC 06 (R2). A CMB procedeu à análise da relevância dos valores de direito de uso e do passivo de arrendamento em relação ao seu ativo imobilizado e intangível, além dos efeitos sobre os índices econômicos e financeiros sobre tais alterações, e constituiu o Procedimento de Normativo Interno – Reconhecimento Contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (PRO-E2103/001). A partir de tais efeitos, a CMB poderá apresentar arrendamentos operacionais reconhecidos no seu Balanço Patrimonial a partir de 2019.

2.3 – OUTRAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES ÀS NORMAS

As demais alterações mandatórias para Demonstrações Contábeis, com início em 1º de janeiro de 2018, não foram listadas acima devido à sua não aplicabilidade ou à sua imaterialidade para as Demonstrações Contábeis da CMB.

NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO E MENSURAÇÃO

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais (“R\$”). O critério de mensuração utilizado na elaboração das Demonstrações Contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(b) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva que a CMB não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso e venda. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como: data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não serão modificados em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição deduzido de perdas estimadas para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Não há no caso da CMB obrigações legais ou contratuais de desmontagem associados a ativos imobilizados e, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios 25 anos;
Máquinas e equipamentos 10 anos e 18 anos;
Instalações 10 anos;
Utensílios 10 anos;
Computadores e periféricos 5 anos;
Veículos 5 anos.

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

Software

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a software está incluída no custo das vendas ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Software e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos.

(g) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que dado a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Contas a pagar/Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dado a não relevância do impacto nas demonstrações.

(i) Empréstimos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzido dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

(j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: a CMB tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), resultante de eventos passados; é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e o valor pode ser estimado com razoável segurança.

(k) Contingências

O passivo contingente é reconhecido quando é mais provável do que improvável que a CMB será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos. A classificação quanto a condição de provável, possível e remoto bem como o critério de mensuração das contingências foram elaboradas em condições consideradas razoáveis.

(l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor, com Provisão para Imposto de Renda à alíquota de 15% e adicional de 10%; e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

(j) Reconhecimento de receita

A CMB reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Ao que se refere ao programa SCORPIOS, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE

4.1 – CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA

O saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Nos termos da Resolução nº 4.034/2011, do Banco Central do Brasil, na qual comunica da deliberação do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A, no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado, com taxa média anual de 6,9921%.

			VALORES (EM R\$)	
			31/12/2018	31/12/2017
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA				
CAIXA/CONTAS CORRENTES		8.722.243,79		17.669.158,99
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		422.789.330,23		223.910.830,84
TOTAL		431.511.574,02		241.579.989,83

4.2 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

			VALORES (EM R\$)	
			31/12/2018	31/12/2017
CLIENTES				
Contas a Receber de Clientes		35.042.637,33		57.375.064,70
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa		(160.057,82)		(181.638,34)
TOTAL		34.882.579,51		57.193.426,36

CLIENTES	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 a 180 dias	Vencidos a mais de 180 dias	Saldo em 31/12/2018
Contas a Receber de Clientes	34.125.666,48	538.019,17	218.893,86	160.057,82	35.042.637,33
PECLD	0,00	0,00	0,00	(160.057,82)	(160.057,82)
TOTAL	34.125.666,48	538.019,17	218.893,86	0,00	34.882.579,51

Esta rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2018, sendo as variações mais relevantes, os Clientes: Departamento de Polícia Federal, com saldo de R\$ 16.710.256,48 (R\$ 51.038.609,17 em 2017), e Fedrigoni Brasil Papéis com saldo de R\$ 10.394.143,01 (R\$ 0,00 em 2017).

Este último cliente, atua na exportação de cédulas que visam atender a demanda do Banco Central da República Bolivariana da Venezuela, onde a CMB possui a responsabilidade de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), da República Bolivariana da Venezuela e a obrigação da contratante é fornecer à CMB o papel fiduciário necessário para a produção do total de cédulas.

O contrato estabelece que a Fedrigoni Brasil Papéis adiantará 25% do valor total do contrato. Os outros 75% serão pagos conforme as entregas forem sendo realizadas e a cada pagamento, abater-se-á, na mesma razão, o valor pago como forma de antecipação nos valores faturados.

Para os Clientes Comerciais, foi constituída Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa provenientes de transações operacionais de vendas ou serviços prestados em aberto com mais de 180 dias, até 31/12/2018.

4.3 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR

O reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado em 70% leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SCORPIOS, administrado pela Receita Federal do Brasil, devido a retenção de 30% DRU (Desvinculação de Receita da União) conforme Emenda Constitucional nº 93.

			VALORES (EM R\$)	
			31/12/2018	31/12/2017
SERVIÇOS A FATURAR				
SCORPIOS		102.077.620,29		97.285.393,38
TOTAL		102.077.620,29		97.285.393,38

O saldo de R\$102.077.620,29, constante no Ativo Circulante, corresponde somente aos valores faturados no exercício de 2018, sendo o valor de R\$ 97.285.393,38 transferido para o Ativo Não Circulante.

Em 08 de setembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes, ou que venham a ser criadas, sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN procedeu ao ajuste nos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

Desse modo, a STN através da criação do código receita fonte 74 – taxa de poder de polícia registrado no Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, inviabilizou o acesso da CMB aos recursos, conforme informado através do Ofício nº 03/2017/SUPOF/STN/MF-DF da Secretaria do Tesouro Nacional.

Entretanto, conforme informado no item 1.1 (b) contexto operacional – Recebimento dos valores retidos pela união sob a forma de taxas por serviços públicos, grande parte do saldo de 31/12/2018 já foi recebido; porém como o recebimento se deu nos últimos dias do ano de 2018, não houve a possibilidade pelo departamento responsável para proceder a conciliação, à emissão de notas fiscais e respectivos baixas dos títulos em aberto.

4.4 – ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O valor de R\$ 5.393.050,13 registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/1943 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

			VALORES (EM R\$)	
			31/12/2018	31/12/2017
DESCRIÇÃO				
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		5.393.050,13		4.345.723,89
TOTAL		5.393.050,13		4.345.723,89

4.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE CURTO PRAZO

			VALORES (EM R\$)	
			31/12/2018	31/12/2017
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR				
ICMS A RECUPERAR		13.227.245,31		12.891.905,57
IPI A RECUPERAR		5.247.931,88		10.244.975,16
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos		22.260.890,90		18.392.576,37
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário		7.536.610,91		59.904.523,90
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras		2.243.099,29		4.622.073,96
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos		783.674,98		205.079,59
OUTROS TRIBUTOS		6.483,54		2.669,02
TOTAL		51.305.936,81		106.263.803,57

A CMB para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza como prática de controle e acompanhamento tributário, a transferência para o longo prazo dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados. Transferindo os referidos saldos para o curto prazo quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB em virtude da expectativa de recebimento através de restituição.

As variações de R\$ 4.997.043,28 do IPI A RECUPERAR e R\$ 52.367.912,99 do IR e CSLL A RECUPERAR – Crédito Tributário, referem-se a PER/DCOMP que foram realizados no exercício de 2018. A variação de R\$ 2.378.974,67 do IRRF A COMPENSAR – Aplicações Financeiras, refere-se basicamente à redução do saldo de aplicações financeiras no exercício de 2018.

O IRRF E A CSLL A COMPENSAR – Retenção de Órgãos Públicos está baseado na isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE, disposto no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER

			VALORES (EM R\$)	
			31/12/2018	31/12/2017
OUTROS CRÉDITOS				
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		376.013,23		1.053.967,05
CREDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL		2.261.036,46		2.225.256,13
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		11.702.328,87		221.580,72
TOTAL		14.339.378,56		3.500.803,90

O saldo da rubrica CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB por seus empregados alocados a outros Órgãos Públicos cujas remunerações devem ser reembolsadas à CMB de tais empregados cedidos. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais. Além disso, também tem utilizado desta metodologia como prática de redução dos gastos com pessoal.

Destaca-se a variação de R\$ 11.478.212,75, de OUTROS CRÉDITOS A RECEBER, que se refere a um contrato de ressarcimento, compra e venda por um procedimento de recompra de estoques dos selos fiscais – Selos de Controle Físico – entre a CMB e a UNIÃO, por intermédio da RFB. O contrato de ressarcimento, compra e venda por um procedimento de recompra dos estoques dos selos de controle físicos formados pela RFB e ainda aptos para distribuição e o ressarcimento dos selos de controle físicos fornecidos pela CMB aos fabricantes, firma-se mediante pagamento de taxa instituída pelo art. 13, § 4º, I da Lei 12.995/2014.

4.7 – ESTOQUES

			VALORES (EM R\$)	
			31/12/2018	31/12/2017
ESTOQUES				
PRODUTOS ACABADOS		76.124.408,46		87.171.802,86
PRODUTOS EM PROCESSO		39.617.869,22		9.461.549,23
MATÉRIA-PRIMA		98.390.662,90		69.836.694,25
ALMOXARIFADO		14.576.565,30		13.296.792,96
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		1.040.592,50		361.367,50
MATERIAL DE EMBALAGEM		4.572.402,56		4.195.647,92
TOTAL		234.322.500,94		184.323.854,72

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos – contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a

No Departamento de Produtos Gráficos e Cartões – DEGER, identificou-se na rubrica de Matéria-Prima, estoque ocioso de Cartões em Policarbonato com Microcontrole, no valor de R\$ 19.970.951,45, que no momento aguarda demanda produtiva. Fato corroborado pelo relatório de *Impairment* do Ativo Imobilizado que apontou Máquinas ociosas, com capacidade de geração de receita para CMB, e que utilizariam esse insumo, mas no momento estão em processo de captação de novos clientes capazes de geração de receita empregando tais insumos.

A manutenção deste cenário para os próximos 2 (dois) anos, prazo estipulado em plano de ação demandado ao DEGER para efetiva realização de novos negócios, implica reconhecimento de perda estimada para redução ao valor realizável líquido do estoque dessa matéria-prima. Para que não haja necessidade de tomar essa medida foi demandado plano de ação à área responsável para saber quais tipos de ações estão sendo tomadas com relação à utilização do insumo para fabricações de cartões para os próximos períodos.

4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS

As Despesas Antecipadas no valor de R\$ 441.701,95 são referentes à última parcela do prêmio de Seguros de Riscos.

DESPESAS ANTECIPADAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR	441.701,95	386.479,53
TOTAL	441.701,95	386.479,53

A variação de R\$ 55.222,42 se deve em função da renegociação do contrato de seguro no ramo de Riscos Nomeados e Operacionais referente sobre aos objetos patrimoniais da entidade.

NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A CMB em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. O saldo constante de clientes se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de 1 exercício transferidos para o longo prazo.

CLIENTES A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais	11.392.121,47	11.259.709,50
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais	(11.392.121,47)	(11.259.709,50)
Valores a Faturar - Programa Sicobe	570.637.068,02	570.637.068,02
(-) PECDL - Valores a Faturar - Programa Sicobe	(34.621.777,78)	(31.198.269,61)
Valores a Faturar - Programa Scorprios	146.478.432,81	49.193.039,42
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Programa Scorprios	(4.010.026,44)	(3.623.014,75)
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas	28.520.773,62	28.706.701,37
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas	(785.401,85)	(12.873,19)
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior	8.207.452,09	7.006.692,24
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior	(8.207.452,10)	(7.006.692,24)
TOTAL	706.219.068,37	613.702.651,26

A principal variação dos clientes de longo prazo na rubrica Valores a Faturar – Programa Scorprios no valor de R\$ 97.285.393,39, que se refere à transferência dos saldos dos clientes do curto para o longo prazo por conta da política de controle e acompanhamento dos saldos de clientes em aberto há mais de 1 exercício.

CLIENTES	VALORES (EM R\$)				
	Vencidos entre 1 e 3 anos	Vencidos entre 3 e 4 anos	Vencidos entre 4 e 5 anos	Vencidos a mais de 5 anos	Saldo em 31/12/2018
Contas a Receber de Clientes	570.579.349,21	53.070.821,54	21.830.041,16	119.755.636,10	765.235.848,01
PECLD	(243.849,06)	(1.632.752,20)	(3.211.849,04)	(53.928.329,34)	(59.016.779,64)
TOTAL	570.335.500,15	51.438.069,34	18.618.192,12	65.827.306,76	706.219.068,37

CLIENTES	VALORES (EM R\$)				
	Vencidos entre 1 e 3 anos	Vencidos entre 3 e 4 anos	Vencidos entre 4 e 5 anos	Vencidos a mais de 5 anos	Saldo em 31/12/2018
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais	233.492,86	1.619.710,15	2.312.707,38	7.226.211,08	11.392.121,47
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais	(233.492,86)	(1.619.710,15)	(2.312.707,38)	(7.226.211,08)	(11.392.121,47)
Valores a Faturar - Programa Sicobe	433.535.985,96	42.240.889,39	0,00	94.860.192,67	570.637.068,02
(-) PECDL - Valores a Faturar - Programa Sicobe	(9.812,51)	(11.709,99)	0,00	(34.600.255,28)	(34.621.777,78)
Valores a Faturar - Programa Scorprios	136.809.870,39	515.430,10	928.596,65	8.224.535,67	146.478.432,81
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Programa Scorprios	(543,70)	(452,47)	(29,71)	(4.009.000,57)	(4.010.026,44)
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas	0,00	8.694.791,90	17.697.946,65	2.128.035,07	28.520.773,62
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas	0,00	(879,58)	(8.321,47)	(776.200,79)	(785.401,85)
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior	0,00	0,00	890.790,48	7.316.661,61	8.207.452,09
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior	0,00	0,00	(890.790,48)	(7.316.661,61)	(8.207.452,09)
TOTAL CLIENTES	570.579.349,21	53.070.821,54	21.830.041,16	119.755.636,10	765.235.848,01
TOTAL PECLD	(243.849,06)	(1.632.752,20)	(3.211.849,04)	(53.928.329,34)	(59.016.779,64)
TOTAL CLIENTES - PECLD	570.335.500,15	51.438.069,34	18.618.192,12	65.827.306,76	706.219.068,37

(a) Clientes em aberto

Dos valores vencidos entre 1 e 3 anos, conforme informado no item 1.1 (b) (contexto operacional – Recebimento dos valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviços públicos), R\$ 433.535.985,96 são dos Programas Sicobe que em grande parte já foram recebidos; porém como tal fato se deu nos últimos dias do ano de 2018, não houve a possibilidade pelo departamento responsável para proceder a conciliação, à emissão de notas fiscais e respectivas baixas dos títulos em aberto. O valor de R\$ 11.392.121,47 refere-se a clientes nacionais cujos maiores montantes correspondem aos clientes Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN-RJ, R\$ 3.982.641,34; Gold Credit Ltda R\$ 2.266.140,00; Departamento da Polícia Federal - DPF, R\$ 1.839.191,13 e Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, R\$ 1.111.676,16.

Dos valores vencidos do Programa Scorprios a partir de 3 anos parte se refere a clientes inadimplentes dos quais a CMB através do seu Departamento Jurídico tem impetrado ação judicial para recebimento dos montantes em aberto. O montante de R\$ 28.520.773,62 é referente aos inadimplentes do programa SICOBÉ do período de setembro de 2013 a dezembro de 2014, em que a CMB, com base na Instrução Normativa nº 1390/2013 alterada pela Instrução Normativa nº 869/2008 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, passou a faturar diretamente aos envasadores de bebidas. O valor de R\$ 8.207.452,09 refere-se a clientes do exterior cujo maior montante refere-se UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM, R\$ 6.856.565,36 atualizado pela variação cambial.

(b) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram constituídas conforme disposições disciplinadas na Lei nº 13.097/2015, de 19/01/2015 (conversão da Medida Provisória nº 656, de 07/10/2014) e suas alterações e critérios administrativos definidos pela CMB.

Para os clientes comerciais nacionais e do exterior, constitui-se PECLD na integralidade dos saldos em aberto.

Com relação às pendências de créditos a receber relativas ao Programa SICOBÉ e SCORPIOS acerca da avaliação sobre a probabilidade real das pendências identificadas serem devidamente liquidadas pelos Clientes, a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), observou os seguintes critérios:

- 1) Para clientes comerciais PECLD de clientes inadimplentes com valores iguais ou inferiores a R\$1.000,00 no período de 01/01/2014 à 31/12/2018;
- 2) Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes com valores em aberto há mais de cinco anos, com data base igual ou inferior à 31/12/2013.
- 3) Considera-se o valor líquido de recebimento, ou seja, o saldo do serviço a faturar deduzido dos custos de repasse sobre a prestação de serviços de leituras.

Com relação às pendências de créditos a receber relativas aos clientes comerciais acerca da avaliação sobre a probabilidade real das pendências identificadas serem devidamente liquidadas pelos Clientes, a constituição da PECLD, observou os seguintes critérios:

- 1) Para clientes comerciais classificados no Curto Prazo e em aberto há mais de 180 dias, a sua totalidade; e
- 2) Para clientes comerciais classificados no Longo Prazo, a sua totalidade.

Não obstante a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a Clientes Inadimplentes, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.

(c) Efeito Líquido no Resultado da Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa – SICOBÉ, SCORPIOS e Envasadores

PROGRAMA SICOBÉ	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber	570.637.068,02	570.637.068,02
Constituição - PECLD	94.919.198,84	85.533.295,72
Custos a Pagar - SICPA	109.131.204,95	471.082.622,81
Expurgo efeito - PECLD	60.297.421,06	54.335.026,11
PECLD CONTABILIZADA	34.621.777,78	31.198.269,61
EFEITO NO RESULTADO 2018	3.423.508,17	3.423.508,17
PROGRAMA SCORPIOS	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber	49.193.039,42	49.193.039,42
Constituição - PECLD	8.226.640,27	7.432.678,94
Custos a Pagar - SICPA	6.931.742,24	34.962.116,20
Expurgo efeito - PECLD	4.216.613,83	3.809.664,19
PECLD CONTABILIZADA	4.010.026,44	3.623.014,75
EFEITO NO RESULTADO 2018	387.011,69	387.011,69
PROGRAMA SICOBÉ - ENVASADORES	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber	28.520.773,62	28.706.701,37
Constituição - PECLD	2.153.260,72	35.293,20
Custos a Pagar - SICPA	18.117.821,44	18.235.932,05
Expurgo efeito - PECLD	1.367.858,87	22.420,01
PECLD CONTABILIZADA	785.401,85	12.873,19
EFEITO NO RESULTADO 2018	772.528,66	772.528,66
PECLD TOTAL CONTABILIZADA 2018	39.417.206,07	34.834.157,56
EFEITO NO RESULTADO 2018	4.583.048,51	4.583.048,51

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2018 foi de R\$ 4.583.048,51.

5.2 – TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR DE LONGO PRAZO

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
IFI A RECUPERAR	4.919.413,59	0,00
COFINS E PIS A RECUPERAR - INSUMOS	633.077.981,76	614.685.405,39
IR E CSLL A RECUPERAR - CRÉDITO TRIBUTÁRIO	127.561.621,71	211.440.370,77
COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	134.934.939,20	130.345.824,69
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	(20.891.051,04)	0,00
TOTAL	879.602.905,22	956.471.600,85

O valor de R\$ 4.919.413,59 refere-se à PER/DCOMP constituída no exercício de 2018 referente a créditos sobre aquisição de insumos da produção. Os saldos credores de R\$ 633.077.981,76 sobre COFINS e PASEP a Compensar - Insumos são provenientes da aquisição de matéria prima e serviços utilizados na fabricação de produtos/serviços com exclusividade conforme legislação vigente. Ato contínuo, a RFB indagou quanto da sujeição da CMB ao regime não-cumulativo de incidência tributária. Após ajuizamento pela CMB, foi declarada tutela de urgência e conferido o direito de utilizar o regime de incidência não-cumulativa na apuração do PIS/PASEP e da COFINS em suas operações contábeis.

Apesar da concessão da liminar, a questão versada no processo é inovadora. Isso porque envolve o pedido de manutenção em um regime típico de empresa privada para uma estatal prestadora de serviço público. O tratamento dado através da Fazenda Pública pelo judiciário implica, para os entes públicos, o regime cumulativo de apuração do PIS e da COFINS. Nesse sentido, vale dizer, que o juiz de primeira instância deslocou a competência para uma das varas do DF/Brasília, em que a CMB interps recurso que tramita no Tribunal Regional Federal da 2ª região.

Dessa forma, já que existe decisão judicial favorável, mesmo que liminar, conforme avaliação do Departamento Jurídico, mantém-se viável a recuperabilidade do crédito tributário. O valor de R\$ 127.561.621,71 do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar é referente a créditos tributários acumulados provenientes de saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. A variação de R\$ 83.878.749,06 do saldo desses créditos refere-se à utilização de pedidos de compensação e restituição de IRPJ e CSLL, R\$ 80.125.174,93 e R\$ 23.481.552,78 respectivamente. Elaboração de PER/DCOMP referente ao exercício de 2017 no valor de R\$ 9.299.103,52 – IRPJ e R\$ 3.569.621,21 – CSLL e atualizações monetárias pela Taxa SELIC no valor de R\$ 6.859.253,90.

Os saldos credores de R\$ 114.043.888,16 apurados sobre COFINS e PASEP a Compensar - Retenção de Órgãos Públicos, atualizados pela Taxa Selic, são decorrentes do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, Departamento de Polícia Federal – DPF e Ministério das Relações Exteriores – MRE, na liquidação de suas respectivas faturas atualizadas.

Foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 20.891.051,04 (R\$ 3.698.980,68 ao PIS e R\$ 17.192.070,36 ao COFINS), relativa a pedidos de ressarcimento realizados fora do prazo legal. Esses valores ainda não apresentam julgamento, nem mesmo em esfera administrativa das autoridades competentes, mantendo-se o processo de cobrança ora em curso.

5.3 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS
(a) Praticamente Certos

A composição da conta Créditos a Receber por Ações Judiciais foi realizada mediante avaliação dos processos judiciais pelo Departamento Jurídico e classificados como praticamente certa a probabilidade de ocorrência de entrada de benefício econômico, baseada na condição de processos em trânsito em julgado, conforme quadro a seguir:

PRATICAMENTE CERTOS	31/12/2018	31/12/2017
DEPTO. DE TRANSITO DO RIO DE JANEIRO	5.008.025,74	5.008.025,74
GOLD CREDIT E BANCO DE DEPOSITOS ESPECIFICOS LTDA	2.298.173,82	2.298.173,82
EBF - VAZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.648.893,34	0,00
CDP DO BRASIL TECNOLOGIA E EQUIP LTDA	988.583,86	988.583,86
SIDNEY C DORE INDUSTRIA DE REFRIGERANTES LTDA	760.965,93	0,00
ESTADO DE SANTA CATARINA	412.225,86	0,00
SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	349.533,12	349.533,12
APOIO ENGENHARIA E COMUNICACAO	326.772,93	326.772,93
EBF - VAZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	231.784,54	0,00
ESTADO DE SANTA CATARINA	230.024,92	0,00
UNIAO FEDERAL	203.616,51	0,00
TETRA CAIXA INDUSTRIA E COMERCIO	103.981,00	103.981,00
DEMAIS PROCESSOS	683.986,55	7.174.815,15
TOTAL	13.246.568,12	16.249.885,62

Do saldo da rubrica "Demais Processos", R\$ 5.519.804,50, referente ao processo 1996.51.01.012064-0, transitado na 16ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, tendo por objeto da ação da empresa PERMETAL S/A referente a anulação da rescisão unilateral do contrato nº 2653/94 de fornecimento de discos metálicos e bi metálicos. Em fevereiro de 2018, foi homologado acordo na 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no valor de R\$ 57.168.532,05 entre a CMB e a empresa PERMETAL S/A. O acordo será pago por meio do fornecimento de discos de aço inoxidável ao longo de 4 anos (2018 a 2021), com base do preço médio das últimas licitações. Com o acordo homologado, procedemos a baixa do valor no Ativo Contingente.

(b) Provável ocorrência

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo provável o ingresso de benefício econômico. Esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2017, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberado pela IN nº 594/2009 da CVM.

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	31/12/2018	31/12/2017
PROCESSOS PROVÁVEIS	832.269.040,76	288.629.288,29
TOTAL	832.269.040,76	288.629.288,29

5.4 – DEPOSITOS JUDICIAL

Os valores dos depósitos recursais efetuados pela CMB foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, até 31/12/2018.

CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
JUDICIAL - CIVIL	0,00	17.251.962,56
RECURSAL - TRABALHISTA	11.866.495,17	10.608.013,99
TOTAL	11.866.495,17	27.859.976,55

Em 25 de janeiro de 2018 a CMB conseguiu receber o montante referente aos depósitos judiciais de R\$ 17.251.962,56, corrigidos monetariamente totalizando R\$ 17.896.397,64, relativo ao processo ganho sobre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – RJ - CEDAE sob nº 00012775-92.2011.4.02.5101 referente à cobrança indevida da taxa de esgotamento sanitário, transitado em julgado na 3ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro.

5.5 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
SEMP TOSHIBA AMAZONIA	132.257,54	132.257,54
FACEPA	99.313,93	99.313,93
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
BETA SA	11.284,47	11.284,47
TOTAL	569.139,92	569.139,92

Representam Investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's, mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão em atendimento ao Decreto nº 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO	31/12/2018	31/12/2017
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	569.139,92	37.663,29
TOTAL	569.139,92	37.663,29

(a) Imobilizado

Custo de Aquisição	Máquinas e Equipamentos		Edifícios		Móveis e Utensílios		Computadores e Periféricos		Veículos		Terrenos		Total
	Saldo Inicial - 2018	1.120.805.607,80	142.206.322,45	124.220.175,70	24.835.744,84	39.010.413,89	2.474.898,10	3.883.737,89	1.457.436.900,67				
Imobilizações	16.807.616,83	1.020.777,23	422.662,80	888.590,74	8.954.374,17	346.680,00	0,00	28.440.701,77					
- Imobilizações em Andamento	2.399.579,60	450.000,00	0,00	540.696,63	8.954.374,17	346.680,00	0,00	12.691.330,40					
- Importações em Andamento	14.408.037,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.408.037,23					
- Obras em Andamento	0,00	570.777,23	422.662,80	347.894,11	0,00	0,00	0,00	1.341.334,14					
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Baixas	(15.577,21)	(2.608,44)	0,00	(70.576,15)	(5.086,33)	0,00	0,00	(93.848,13)					
Depreciação	(563.135.347,00)	(128.145.610,02)	(94.149.552,90)	(18.675.104,51)	(33.276.960,04)	(2.486.454,10)	0,00	(839.869.028,57)					
Perda por redução ao valor de recuperação	(3.305.035,14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.305.035,14)					
Saldo Final - 2018	571.157.265,28	15.078.881,22	30.493.285,60	6.978.654,92	14.682.741,69	335.124,00	3.883.737,89	642.609.690,60					

1) Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foram através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento
 2) As imobilizações referentes ao exercício 2018 totalizam R\$ 28.440.701,77 distribuídas em diversas contas patrimoniais. Os valores mais representativos estão discriminados abaixo:
 Do montante de 16.807.616,83 referente à Máquinas e Equipamentos, R\$ 7.814.895,98 para o Departamento de Cédula – DECED e R\$ 5.966.634,34 para o Departamento de Moedas e Medalhas – DEMOM. Do montante de 8.954.374,17 referente à Computadores e Periféricos, R\$ 8.448.309,43, refere-se à aquisição de solução para o Departamento de TI Corporativo e Comunicação - DETIC.

(b) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais

1) O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos. A Depreciação calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 74.814.895,98 e a Depreciação segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil foi de R\$ 105.473.508,83.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
DEPRECIACÃO - TAXA FISCAL (RFB)	105.473.508,83	97.827.834,18
DEPRECIACÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(74.814.895,98)	(66.724.709,91)
RESULTADO	30.658.612,85	31.103.124,27

2) O valor total no exercício de 2018 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007, dividiu-se da seguinte forma: (a) Depreciação fabril utilizada diretamente em custos – R\$ 55.570.363,33; e (b) Depreciação administrativa utilizada na área de apoio – R\$ 19.244.532,65.

(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (Impairment)

A companhia avalia os ativos imobilizados quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção dos produtos da CMB, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa foram definidas pela Convergry Serviços e Contabilidade LTDA EPP empresa especializada para efetuar o Teste de Impairment dos bens do Ativo Imobilizado, determinado pelo art. 183 da Lei nº 11.638/2007 e pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 01 (R1), empresa contratada através do processo de licitação nº 0380/2018, que gerou o contrato nº 0338/2018.

Após a realização do Teste de Impairment, a empresa constatou que bens do grupo de ativos de "Máquinas e Equipamentos", que montam o valor líquido contábil de R\$ 3.305.035,14, apresentam perda por desvalorização por não atenderem a definição de ativo. Esses ativos foram descontinuados da operação da CMB não fluindo, portanto, quaisquer benefícios econômicos a CMB. Contudo a Convergry definiu também no relatório que em caso de alienação futura, a CMB poderá fazer a reversão da perda ou parte dela quando da efetiva realização.

A empresa também identificou dentro da UGC DEGER, especificamente na área de Cartões, itens relevantes do grupo Máquinas e Equipamentos que montam o valor de R\$ 6.756.985,86, relativamente novos, com grande capacidade de geração de receita, mas que no momento aguardam demanda. Um ativo atende a sua definição quando gera caixa para a empresa, desse modo, recomendou a administração um plano de ação, já enviado pelo DECOF para as áreas responsáveis, para buscar a geração de receitas dessas máquinas na atividade da CMB. Segundo relatório se esse cenário permanecer inalterado nos próximos 2 (dois) anos, haverá necessidade de reconhecimento de perda de todo o seu valor líquido contábil, o que impacta em prejuízo à Companhia.

(d) Imobilizações em andamento

Custo de Aquisição	Imobilizações em Andamento		Obras em Andamento		Imobilizações de Projetos em Andamento		Total
	Saldo Inicial - 2018	10.605.045,97	9.287.254,05	152.399,84	0,00	20.044.699,86	
Aquisições	6.417.881,06	14.392.706,71	3.994.565,61	18.024,14	24.823.177,52		
Transferências para Ativo Imobilizado	(14.804.887,56)	(14.436.545,64)	(1.341.334,14)	0,00	(30.582.767,34)		
- Máquinas e Equipamentos	2.399.579,60	14.408.037,23	0,00	0,00	16.807.616,83		
- Instalações	450.000,00	0,00	570.777,23	0,00	1.020.777,23		
- Edifícios	0,00	0,00	422.662,80	0,00	422.662,80		
- Móveis e Utensílios	540.696,63	0,00	347.894,11	0,00	888.590,74		
- Computadores e Periféricos	8.954.374,17	0,00	0,00	0,00	8.954.374,17		
- Veículos	346.680,00	0,00	0,00	0,00	346.680,00		
- Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
- Software	2.113.557,16	28.508,41	0,00	0,00	2.142.065,57		
- Direito de Uso de Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Devoluções	(274.347,94)	0,00	(6.940,88)	0,00	(281.288,82)		
Transferências	(308.216,59)	(9.225.795,57)	(7.410,94)	270.716,59	(9.270.706,51)		
Saldo Final - 2018	1.635.474,94	17.619,55	2.791.279,49	288.740,73	4.733.114,71		

A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, o ativo estará pronto para uso e alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

1) A conta "Imobilizações em Andamento", encerrou o exercício de 2018, com o saldo de R\$ 1.635.474,94, no qual desse montante o valor de R\$ 1.223.992,22 se refere à aquisição de solução de controle de acesso de pessoas e veículos, adquirida através do contrato nº 0447 de 2017. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.
 2) A conta "Obras em Andamento", encerrou o exercício de 2018, com o saldo de R\$ 2.791.279,49 no qual desse montante o valor de R\$ 2.455.000,02 se refere à aquisição de sistema de proteção contra incêndio para o depósito de inflamáveis do parque industrial da CMB, adquirido através do contrato nº 0086 de 2017. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

3) Ao longo do exercício de 2018 a CMB, em acompanhamento dos bens em andamento, validou a ativação de R\$ 30.582.767,34, sendo R\$ 28.440.701,77 para o Ativo Imobilizado e R\$ 2.142.065,57 para o Ativo Intangível.
 4) Em 2018 a CMB criou a conta "Imobilizações de Projetos em Andamento", transferindo em julho de 2018, o valor de R\$ 270.716,59, classificado anteriormente na conta Imobilizações em Andamento. Isso ocorreu para melhor controle referente às aquisições destinadas ao Projeto do Novo Passaporte e Sincraf.

6.3 – ATIVO INTANGÍVEL

ITENS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
INTANGÍVEL	48.126.769,64	46.074.685,47
SOFTWARE	48.126.769,64	45.984.704,07
DIREITO DE USO DE COMUNICAÇÃO	0,00	89.981,40
(-) AMORTIZAÇÃO	(41.339.973,05)	(37.793.332,94)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	0,00	0,00
TOTAL	6.786.796,59	8.281.352,53

(a) Intangível

Custo de Aquisição	Software		Direito de Uso de Comunicação		Total
	Saldo Inicial - 2018	45.984.704,07	89.981,40	46.074.685,47	
Aquisições	2.142.065,57	0,00	2.142.065,57		
- Imobilizações em Andamento	2.113.557,16	0,00	2.113.557,16		
- Importações em Andamento	28.508,41	0,00	28.508,41		
- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00		
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00		
Baixas	0,00	(89.981,40)	(89.981,40)		
Amortizações	(41.339.973,05)	0,00	(41.339.973,05)		
Perda por redução ao valor de recuperação	0,00	0,00	0,00		
Saldo Final - 2018	6.786.796,59	0,00	6.786.796,59		

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

1) o critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;
 2) o método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007; e
 3) a vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

(b) Amortização

1) O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 3.546.640,11.

2) O valor total no exercício de 2018 da amortização apurada pelo método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica dividiu-se da seguinte forma: (a) Depreciação fabril utilizada diretamente em custos - R\$ 25.106,88; e (b) Depreciação administrativa utilizada na área de apoio - R\$ 3.521.533,23.

(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (Impairment)

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 6.2.1.1 (c). Após a realização do Teste de Impairment, a empresa constatou que bens do grupo de ativos de "Direito de Uso de Comunicação", que montam o valor líquido contábil de R\$ 89.981,40, apresentam perda por desvalorização por não atenderem a definição de ativo. Esses ativos em razão das privatizações do setor de telecomunicações, perderam seu valor de mercado. Desse modo a CMB reconheceu a perda através de baixa definitiva do controle patrimonial, no exercício de 2018.

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

7.1 – FORNECEDORES

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
NACIONAIS	34.323.601,93	41.813.003,10
EXTERIOR	1.597.826,26	500.058,12
TOTAL	35.921.428,19	42.313.061,22

(a) Nacionais

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
Sicpa Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda	6.954.675,74	7.305.398,36
Amil Assistência Médica Internacional Ltda	3.815.933,00	4.288.769,45
Fedrigoni Brasil Papéis Ltda	3.807.406,71	1.851.021,68
GreenCard SA Refeições Comercio e Serviços	1.832.546,19	1.805.169,83
Light Serviços de Eletricidade SA	1.831.856,83	1.805.169,83
IC Supply Engenharia Ltda	1.660.301,25	1.700.886,65
Convida Refeições Ltda	1.454.515,11	0,00
Viação Cidade do Aço Ltda	1.407.315,99	1.585.821,39
Expresso União Ltda	1.389.118,02	1.750.613,00
Kantro empreendimentos e Serviços Ltda	1.127.979,92	1.132.742,17
Outros	9.041.953,17	18.587.410,74
TOTAL	34.323.601,93	41.813.003,10

A Redução do saldo da conta de Fornecedores Nacionais na ordem de R\$ 7.489.401,17 deveu-se basicamente à renegociação de contratos com os principais prestadores de serviços da CMB. O aumento no saldo do Fornecedor Fedrigoni Brasil Papéis Ltda. deve-se ao contrato de prestação de serviços entre a CMB e a entidade para fornecimento de Cédulas pela Fedrigoni do Brasil Papéis ao Banco Central da República Bolivariana da Venezuela. A variação positiva de R\$ 1.454.515,11 da empresa Convida Refeições Ltda., refere-se à mudança da empresa de fornecimento de refeições aos funcionários, anteriormente era a Empresa Cook Pontual.

(b) Exterior

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
Surys SAS	1.248.747,97	0,00
Mühlbauer Gmn & Co.	107.055,69	0,00
Ambienti D'interni Unipessla, Ida	82.271,59	0,00
Outros	159.751,01	500.058,12
TOTAL	1.597.826,26	500.058,12

A principal variação da rubrica refere-se à empresa Surys SAS fornecedora de matéria-prima – laminados – para o produto passaporte.

7.2 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL

(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais

O valor de R\$ 9.454.856,10 corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos conforme explicitado no quadro a seguir:

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PESSOAL A PAGAR	270.839,14	13.172.840,48
INSS A RECOLHER	6.691.061,38	7.127.618,29
FGTS A RECOLHER	2.492.685,58	2.560.495,15
TOTAL	9.454.586,10	22.860.953,92

A redução apresentada na rubrica Pessoal a Pagar foi decorrente do pagamento das verbas indenizatórias de incentivo decorrentes do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), divididas em 4 parcelas.

(b) Férias e encargos sociais

FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
FÉRIAS A PAGAR	27.556.840,63	26.885.823,98
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FÉRIAS	10.382.495,21	10.236.484,70
TOTAL	37.939.335,84	37.122.308,68

A Provisão para Férias e Encargos Sociais constituída no valor de R\$ 37.939.335,84 foi realizada em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

7.3 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

Em virtude do impacto da ADE RFB 75/2016, que suspendeu a obrigatoriedade do SICOBE a partir de 13/12/2016, representando quebra de faturamento e ingressos financeiros na ordem aproximada de R\$1,4 bilhão, aliado ao impacto da aplicabilidade da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle; e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, proporcionando efeitos relevantes no resultado e também no fluxo de caixa da CMB no exercício de 2017 e 2018, não houve lucro líquido nos exercícios que originassem participação nos resultados no ano de 2017 e 2018. O saldo da rubrica refere-se a exercícios anteriores de Participação dos Empregados no Lucro. A variação de R\$ 12.838,69 refere-se ao pagamento de PLR de exercícios anteriores a empregados que não haviam recebido.

PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	3.675.944,37	3.688.783,06
TOTAL	3.675.944,37	3.688.783,06

7.4 – REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE DIRIGENTES

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES	0,00	869.455,72
TOTAL	0,00	869.455,72

A variação do saldo da rubrica refere-se ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB, com percentual de 60% para o exercício corrente e 20% para os 2 exercícios subsequentes. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorrida em abril de 2018 foi aplicada a redução de 100% em todas as parcelas diferidas e ainda não pagas dos exercícios anteriores, bem como na parcela à vista do Programa do ano anterior.

7.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O valor de R\$ 9.767.761,49 corresponde aos tributos a serem recolhidos no curto prazo, conforme detalhado a seguir:

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
IRRF - EMPREGADOS	5.904.255,71	6.410.690,04
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS	1.093.718,80	887.078,66
TRIBUTOS FEDERAIS		

Em 2018, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o lucro líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais.

7.10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os valores constantes desta rubrica referem-se basicamente às parcelas do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) realizado em 2017, e que serão realizados até o término do exercício seguinte.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	4.598.082,88	4.372.548,65
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA	1.216.886,11	1.024.108,51
TOTAL	5.814.968,99	5.396.657,16

(a) Maior, menor e remuneração média de empregados

Em dezembro de 2018 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 30.312,71 e a menor foi de R\$ 3.824,49. A remuneração média dos empregados foi de R\$ 9.278,31. Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizizes.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
REMUNERAÇÃO		
MAIOR REMUNERAÇÃO	30.312,71	29.060,29
REMUNERAÇÃO MÉDIA	9.278,31	8.673,36
MENOR REMUNERAÇÃO	3.824,49	2.839,67

NOTA 8 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

8.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
EMPRÉSTIMOS	0,00	50.000.000,00
TOTAL	0,00	50.000.000,00

A variação nesta rubrica refere-se à transferência para o curto prazo da última parcela do empréstimo, conforme descrito no item 7.6 desta nota.

8.2 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

(a) Contingentes prováveis

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 21.013.767,51 foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável saída de recursos, conforme composição abaixo:

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
CONTINGENTES PROVÁVEIS		
TRABALHISTAS	10.244.075,61	2.931.740,15
CÍVEIS	10.769.691,90	11.637.115,48
TOTAL	21.013.767,51	14.568.855,63

(b) Contingentes possíveis

O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis apresenta valores que não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
CONTINGENTES POSSÍVEIS		
TRABALHISTAS	9.631.750,89	4.323.000,00
CÍVEIS	48.469.772,49	229.888.074,08
TOTAL	58.101.523,38	234.211.074,08

8.3 – PROVISÃO PARA CUSTOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PROVISÃO PARA CUSTOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR		
SICOBÉ	301.424.199,27	384.998.418,60
SCORPIOS	92.826.912,23	6.931.742,24
TOTAL	394.251.111,50	391.930.160,84

O valor de R\$ 301.424.199,27 refere-se a parcelas de 2020 a 2021 do acordo de pagamento celebrado entre a CMB e a SICPA do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas LTDA e o saldo do custo do serviço a faturar sobre a leitura dos envasadores inadimplentes. Já o valor de R\$ 92.826.912,23 refere-se ao custo de serviços a faturar mantidos no longo prazo e que não foram pagos por conta da falta de repasse dos valores recebidos do programa junto à RFB que foram regulamentados, conforme explicitado no item 1.1 (b) Recebimento de valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviço público desta Nota Explicativa e serão pagos à Prestadora de Serviço assim que forem conciliados.

8.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O valor de R\$ 22.887.075,50 constituído na rubrica Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante contempla parcela de longo prazo do plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
CONTAS A PAGAR		
OUTRAS CONTAS A PAGAR	22.887.075,50	26.808.839,07
TOTAL	22.887.075,50	26.808.839,07

NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segundo o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976 o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

A Administração através da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 25 de Março de 2019 deliberou que o prejuízo do exercício fosse integralmente compensado com a Reserva de Investimento, mantendo o saldo da Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios no valor de R\$ 14.291.822,11.

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

Nos termos do Decreto nº 8.809 de 18 de julho de 2016 o capital da CMB é de R\$ 1.360.677.814,09.

NOTA 11 – RESERVAS

11.1 – RESERVAS DE LUCRO

(a) Reserva legal

Segundo o Art. 193 da Lei nº 6.404/1976 do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Ao encerramento do exercício de 2018 a CMB apurou prejuízo contábil, de modo que não houve aumento desta reserva no exercício, mantendo o valor de R\$ 18.576.654,14 constituída até o Exercício de 2016.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
RESERVAS DE LUCRO		
RESERVA LEGAL	18.576.654,14	18.576.654,14
TOTAL	18.576.654,14	18.576.654,14

(b) Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios

A Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos no valor de R\$14.291.822,11 foi ao final do exercício de 2017 absorvida, em sua totalidade, pelo prejuízo contábil deste exercício. Entretanto, em abril de 2018 através da deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO), determinou-se que o prejuízo do exercício de 2017 fosse integralmente absorvido pela rubrica Reserva para Investimentos. Mantendo, assim, a Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos durante o exercício de 2018.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
RESERVAS DE LUCRO		
RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS NÃO DISTRIBUÍDOS	14.291.822,11	0,00
TOTAL	14.291.822,11	0,00

(c) Reserva para Investimentos

O Prejuízo do Exercício de 2018 no valor de R\$ 93.358.526,11, foi integralmente compensado com as Reservas de Investimento, apresentando a seguinte composição para o exercício:

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
RESERVAS DE LUCRO		
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	598.908.522,36	706.558.870,58
TOTAL	598.908.522,36	706.558.870,58

NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(a) Receita Líquida

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
COMPOSIÇÃO DA RECEITA		
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (1)	679.351.876,59	633.450.149,25
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (2)	53.674,86	0,00
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (3)	265.691.447,53	229.489.716,43
SERVIÇOS A FATURAR (4)	102.077.620,30	97.285.393,38
OUTRAS VENDAS (5)	452.661,40	283.118,80
FATURAMENTO BRUTO	1.047.627.280,68	960.508.377,86
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (6)	12.958.106,37	3.719.885,16
RECEITA LÍQUIDA	1.034.669.174,31	956.788.492,70

- Nesta rubrica são apresentados basicamente os valores de cédulas, moedas, medalhas e selos do correio para o mercado nacional;
- Nesta rubrica são apresentados valores de cédulas faturadas ao Banco Central da República Bolivariana da Venezuela;
- Nesta rubrica são apresentados valores de serviços prestados sobre a emissão de passaportes, bilhetes magnetizados, carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais;
- Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade do programa SCORPIOS;
- Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas, leilões etc.
- Nesta rubrica apresentam-se os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação de R\$ 9.238.221,21 refere-se basicamente ao ICMS, PIS e COFINS sobre as operações de venda para o Cliente Fedrigoni Brasil Papéis onde a CMB possui a responsabilidade de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas Bolívares, da República Bolivariana da Venezuela e as obrigações da contratante são fornecer à CMB o papel fiduciário necessário para a produção do total de cédulas.

(b) Custos de Produção

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
CUSTOS		
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	697.949.401,15	694.831.611,31
TOTAL	697.949.401,15	694.831.611,31

Nesta rubrica são apresentados os custos de fabricação do período representados basicamente pelos custos de produção de cédulas e moedas para o mercado nacional.

(c) Despesas Operacionais e Administrativas

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS		
PESSOAL (1)	311.831.706,04	352.313.844,68
INSUMOS (2)	7.157.763,55	8.200.059,25
SERVIÇOS (3)	73.649.168,81	70.992.356,25
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (4)	22.766.065,98	16.455.327,86
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (5)	29.974.250,76	6.740.906,84
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS (6)	(1.592.156,78)	(3.659.388,12)
TOTAL	443.786.798,26	451.043.106,76

- A variação desta rubrica justifica-se pela implementação do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) ocorrido em 2017 e o desligamento de 212 funcionários em março de 2018 provocando a redução das despesas de pessoal e seus respectivos encargos;
 - O grupo de Despesas com Insumos apresentou diminuição no exercício de 2018, mesmo com a ampliação na demanda de matéria prima. Isso ocorreu porque esse aumento foi superado pela menor demanda dos materiais de Consumo e Produção e o aumento de insumos ligados à produção e transferidos para Estoques;
- Nesta rubrica constam serviços prestados à CMB como Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás, Comunicação, Limpeza e Conservação, Aluguéis de Equipamentos e Manutenções em geral;

3. A variação na rubrica refere-se à depreciação e amortização de itens adquiridos durante o exercício, tais aquisições foram explicitadas no item 6.2.1.1 (d);

4. A variação da rubrica se explica pela constituição da Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 20.891.051,04 (R\$ 3.698.980,68 relativos ao PIS e R\$ 17.192.070,36 ao COFINS) conforme deliberação da Administração, conforme item 5.2 desta Nota;

6. As variações desta rubrica se referem basicamente ao desconto financeiro que está sendo discutido junto à DPF de diferenças de negociações contratuais; ao Plano de Demissão Voluntária – PDV realizado no ano de 2017; e pelo recebimento de indenizações referente a Créditos a Receber por Ações Judiciais – item 5.3 desta Nota Explicativa – da empresa PERMETAL S/A, referente ao processo 1996.51.01.012064-0, transitado na 16ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro.

(d) Resultado Financeiro Líquido

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		
RECEITAS FINANCEIRAS	35.445.114,31	94.265.490,81
DESPESAS FINANCEIRAS	(21.736.615,32)	(22.775.683,29)
TOTAL	13.708.498,99	71.489.807,52

O grupo Resultado Financeiro Líquido apresenta as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias da SELIC e atualizações cambiais. A variação de R\$ 57.781.308,53 se explica pela brusca redução no saldo de aplicações financeiras devido à redução do disponível da CMB durante os exercícios de 2017 e 2018.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O fato excepcional ocorrido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi a manutenção da Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos com a compensação do prejuízo contábil do exercício em sua integralidade através da Reserva para Investimento, conforme preconiza o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976.

NOTA 14 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável" e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

15.1.1.Plano previdenciário e outros benefícios a empregados

15.1.1.1.Da Controladora

15.1.1.1.1.Programa Previdenciário

A Casa da Moeda do Brasil é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei nº 6.435/1977, revogada e substituída pela Lei Complementar nº 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CMB, através de sua entidade de previdência complementar denominada CIFRÃO, instituiu um plano de benefícios definidos (PDBC), cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, no modelo de plano de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é a de assegurar uma renda na inatividade como contrapartida às contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Por essa razão, somente foi avaliado neste relatório o programa previdenciário criado sob a característica de Benefício Definido.

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano também foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego deste Relatório Atuarial.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

O Plano BD oferece os seguintes benefícios previdenciários:

Complementação de Aposentadoria por Invalidez

Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)

Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)

Complementação de Aposentadoria Especial

Benefício de Pensão

Benefício de Abono Anual

Suplementação de Auxílio-Doença

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

Benefício Mínimo

Resgate de Contribuições

Benefício Proporcional Diferido

Autoprocínio

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência Social.

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normalizadores nacionais.

Em 31/12/2018, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 529.979.934,05. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 356.528.838,69, revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 173.451.095,36. Dada as características do plano, que permite o rateio do déficit junto aos participantes em proporções iguais, e ao avançado estágio de aprovação deste junto à PREVIC, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 50,15% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

A seguir, descrevemos detalhadamente as premissas atuariais adotadas, estabelecidas de forma imparcial pelo atuário independente:

Taxa de Juros de Longo Prazo

O método utilizado para cálculo da taxa de desconto foi a "Duration" baseada nos fluxos futuros de pagamento de benefícios. Esse método está de acordo com as normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema.

A taxa de 4,55% a.a. informada abaixo se refere à taxa de desconto utilizada no cálculo das obrigações de longo prazo, determinada pelo critério da "Duration de Macaulay".

A seguir, o fluxo estimado de pagamentos e a taxa correspondente de NTN-B, dada pela ANBIMA:

Ano	Valor Projetado R\$	Valor Presente R\$	NTN-B	Ano	Valor Projetado R\$	Valor Presente R\$	NTN-B
2019	39.552.981,07	38.490.639,42	2,76%	2			

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (R\$)
44-48 anos	2	48,72	451,87
49-53 anos	7	50,99	593,34
54-58 anos	34	57,43	2.313,83
59-63 anos	192	61,78	3.304,71
64-68 anos	233	66,47	3.019,51
69-73 anos	181	71,26	2.593,51
74-78 anos	68	76,51	3.860,27
79-83 anos	29	81,14	5.431,47
84-88 anos	10	86,2	1.922,44
89 anos ou mais	13	92,28	2.688,87
Total Geral 2018	769	67,97	3.075,93
Ano 2017	626	68,23	2.686,44

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R\$)
39-43 anos	1	43,98	3.264,44
44-48 anos	4	46,57	1.614,48
49-53 anos	11	52,62	1.177,62
54-58 anos	25	56,84	1.321,73
59-63 anos	38	62,12	2.211,11
64-68 anos	45	66,48	2.414,32
69-73 anos	35	71,5	1.745,73
74-78 anos	21	76,31	4.540,70
79-83 anos	18	81,54	1.834,98
84-88 anos	29	86,68	1.577,81
89 ou mais	18	91,87	1.821,06
Total Geral	245	70,71	2.107,78
Ano 2017	244	70,05	1.941,84

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

Faixa etária	Nº titulares	Nº cônjuges	Nº dependentes	Total beneficiários	Idade média	Média da mensalidade (em R\$)	Média de prazo até extinção (em anos)
0-18 anos	0	0	14	14	14,83	161,52	4,00
19-23 anos	0	0	17	17	21,76	109,26	4,00
24-28 anos	0	0	21	21	27,03	12,38	4,00
29-33 anos	0	0	20	20	31,26	0,00	4,00
34-38 anos	0	2	6	8	36,64	202,22	4,00
39-43 anos	0	1	0	1	41,99	362,43	4,00
44-48 anos	1	12	0	13	47,17	789,92	3,99
49-53 anos	9	30	0	39	51,68	747,94	3,96
54-58 anos	52	54	0	106	57,04	821,09	3,92
59 ou mais	262	129	43	434	66,38	939,22	3,89
Total 2018	324	228	121	673	58,82	803,05	3,92
Ano 2017	333	240	139	712	57,57	842,13	4,32

Plano de Contribuições Variáveis - MoedaPrev

Empregados em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de plano (em anos)	Salário médio (em R\$)
24-28 anos	15	27,77	4,91	5.829,36
29-33 anos	76	32,00	5,03	8.777,30
34-38 anos	122	36,70	4,66	9.049,56
39-43 anos	83	41,32	4,57	9.878,34
44-48 anos	64	46,22	4,72	10.555,39
49-53 anos	43	51,30	5,33	11.006,79
54-58 anos	36	56,28	5,10	15.623,17
59-63 anos	8	60,21	6,07	11.220,86
64-68 anos	2	65,12	6,00	12.359,95
Total Geral	449	41,33	4,85	10.031,67

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (em R\$)
54-58 anos	3	55,04	795,99
59-63 anos	8	61,11	1.398,31
64-68 anos	1	65,32	532,94
69-73 anos	1	70,90	936,33
Total Geral	13	60,79	1.157,21

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R\$)
29-33 anos	1	29,67	532,27
34-38 anos	1	37,60	349,29
49-53 anos	1	50,70	776,49
Total Geral	3	39,32	552,68

Estado de equilíbrio dos programas

Plano de Benefício Definido

Item	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Obrigações no início do exercício	438.736.413,15	520.699.532,42	500.135.212,93
Custo do serviço corrente	4.905.986,22	5.537.932,21	1.337.416,22
Juros sobre a obrigação atuarial	46.333.779,43	48.889.399,50	41.879.880,16
(Ganhos)/Perdas atuariais	61.965.116,84	(37.485.452,27)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(31.241.763,22)	(37.506.198,93)	(39.552.981,07)
Obrigações no final do exercício	520.699.532,42	500.135.212,93	503.799.528,24

Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	325.392.059,00	379.913.077,60	345.216.121,74
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	35.702.252,46	36.547.647,29	29.290.617,72
Contribuições patronais normais	6.791.897,64	4.802.855,71	5.067.944,52
Contribuições normais participantes	7.625.178,23	5.050.487,77	5.329.244,39
Contribuições extraordinárias Patrocinadora	0,00	7.029.260,56	0,00
(-) Benefícios pagos	(31.241.763,22)	(37.506.198,93)	(39.552.981,07)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	35.643.453,49	(50.621.008,26)	0,00
Ativos financeiros no final do exercício	379.913.077,60	345.216.121,74	345.350.947,31
(Déficit)/Superávit apurado	(140.786.454,82)	(154.919.091,19)	(158.448.580,93)
Risk Sharing (calculado sobre a proporção contributiva)	70.393.227,41	77.227.166,96	79.224.290,47
Contrato de dívida	7.854.778,16	0,00	0,00
Passivo ao final do exercício	(62.538.449,25)	(77.691.924,23)	(79.224.290,47)

Composição da Carteira	31/12/2018	%
Fundos de investimento	325.231.477,17	94,21%
Investimentos Imobiliários	11.064.350,16	3,21%
Empréstimos e Financiamentos	8.772.206,65	2,54%
Disponível	171.268,23	0,05%
Passivo de investimentos (-)	(23.180,47)	-0,01%
Ativo Líquido	345.216.121,74	100,00%

Em relação às respectivas marcações à mercado realizadas pela Entidade de Previdência Complementar (Cifrao), as diferenças apuradas em relação aos vencimentos dos papéis estão detalhadas a seguir:

Descrição	CIFRA ALM FIRF			Total
	BD	Moedaprev	PGA	
Marcação à mercado	88.795.253,91	14.978.209,08	2.031.457,90	105.804.920,89
Marcação à vencimento	74.232.991,40	12.521.809,63	1.698.302,45	88.453.103,48
Diferença	14.562.262,51	2.456.399,45	333.155,45	17.351.817,41

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Saldos	Valores em R\$ 31/12/2018
Saldo no início do exercício (a)	(30.874.294,67)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (b) = (c) + (d)	20.660.842,29
50% do (Ganho)/perda no valor das obrigações (c)	(18.798.954,31)
50% do (Ganho)/perda nos ativos financeiros (d)	39.459.796,60
Saldo ao final do exercício (e) = (a) + (b)	(10.213.452,38)

Movimentação do passivo atuarial líquido

Movimentação do passivo líquido	Valores em R\$ 31/12/2018
Passivo atuarial no início do exercício (a)	48.038.303,79
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA com Risk Sharing aplicado (b)	20.660.842,29
Despesa/(receita) reconhecida em DRE com Risk Sharing aplicado (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	4.879.892,32
Custo do serviço corrente (d)	2.768.966,11
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais (e)	24.444.699,75
(-) Contribuições esperadas de participantes (f)	(4.059.949,90)
(-) Rentabilidade projetada para os ativos financeiros (g)	(18.273.823,65)
Passivo antes dos ajustes (h) = (a) + (b) + (c)	73.579.038,40
Ajustes relativos às projeções realizadas x realidade apurada (i)	4.112.885,84
Passivo ao final do exercício (k) = (h) + (i)	77.691.924,23

Composição dos (ganhos)/perdas no valor das obrigações calculadas

Item	Impacto em R\$
Redução da taxa de desconto	29.631.283,05
Aumento da população de aposentados	61.287.903,68
Redução da população de ativos	(111.775.261,71)
Ajustes de experiência	(16.629.377,28)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	(37.485.452,27)

Projeção de custos para 31/12/2019

a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais

Item	31/12/2019 (em R\$)
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	43.566.638,36
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(1.686.758,20)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	41.879.880,16

b) Rentabilidade esperada para o próximo exercício

Item	31/12/2019 (em R\$)
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros	30.071.679,70
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	905.696,22
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(1.686.758,20)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	29.290.617,72

c) Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício

Item	31/12/2019 (em R\$)
Custo do serviço corrente	1.337.416,22
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	41.879.880,16
(-) Contribuições esperadas de participantes	(5.329.244,39)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(29.290.617,72)
Total da despesa/(receita) apurada	8.597.434,26
Risk Sharing participantes (proporção contributiva)	(4.311.613,28)
Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício	4.285.820,98

Teste de sensibilidade das premissas utilizadas

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial:

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	500.135.212,93	0%
Aumento (1%)	437.185.834,52	-13%
Redução (1%)	568.644.904,72	14%

b) Sensibilidade do crescimento salarial sobre a obrigação calculada

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	500.135.212,93	0%
Aumento (1%)	500.409.524,41	0%
Redução (1%)	499.861.307,76	0%

Programa de Desligamento Voluntário

O Plano de Desligamento Voluntário - PDV da Casa da Moeda do Brasil - CMB tem por objetivo incentivar a adequação do seu quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como, proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. O PDV CMB 2017 é destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendam aos requisitos exigidos, na data de referência de 01.02.2017 e tem como público-eleitoral cerca de 600 empregados, cujos desligamentos devem ocorrer durante o ano de 2017, em até 04 turmas, cabendo exclusivamente à CMB definir o cronograma de desligamento dos empregados optantes pelo PDV. Para ser considerado elegível, o empregado deverá atender a pelo menos um dos seguintes requisitos na data de 30/06/2017:

Empregados já aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou que sejam elegíveis para aposentadoria pelo INSS até 30 de junho de 2017, com pelo menos 10 anos de tempo de vínculo empregatício com a CMB, excluídos os aposentados por invalidez; e
Empregados com vínculo empregatício com a CMB de no mínimo 30 (trinta) anos e idade mínima de 49 (quarenta e nove) anos.

O tempo de vínculo empregatício na CMB será contado em anos inteiros, a partir da data de admissão até a data de 30 de junho de 2017, incluídos os períodos de cessão a outros órgãos públicos e de afastamento na vigência do contrato de trabalho, não sendo considerado como tempo de serviço o período de suspensão de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Estão impedidos de aderir ao PDV CMB 2017 os empregados que estiverem com seu contrato individual de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Incentivos financeiros do programa

O empregado que solicitar adesão ao PDV - CMB 2017 receberá todas as verbas rescisórias previstas em lei para desligamento a pedido, e:

A indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios;

A indenização equivalente ao valor referente ao "Aviso Prévio" proporcional, calculado de acordo com a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, ou seja, mínimo de 01 remuneração e máximo de 03 remunerações, dependendo do tempo de Empresa do empregado.

A oferta de plano de saúde, para empregado titular e cônjuge ou companheiro(a) pelo período de 05 anos, e dependentes pelo período de 02 anos, mediante coparticipação mensal no valor de 20% ou reembolso por parte da CMB no valor de 80% (oitenta por cento) do valor das mensalidades praticadas;

Possibilidade de substituir, no momento da adesão e de forma irrevogável, o plano de saúde oferecido no item "c", por indenização pecuniária parcelada, no valor mensal de R\$900,00 (novecentos reais por um período de 05 (cinco) anos.

O valor total máximo a ser pago ao(a) empregado(a) aderente não poderá ser superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias e ao 13º salário. O valor mínimo a ser pago ao(a) empregado(a) aderente não poderá ser inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias e ao 13º salário.

As obrigações relacionadas ao plano de assistência médica ou a indenização pecuniária, descritos nos itens "c" e "d" anteriores, implicam em passivos de longo prazo e estão avaliadas para fins de inclusão de seus valores nas demonstrações financeiras da empresa.

Premissas adotadas

Taxa de juros de longo prazo

Acompanhando as normas contábeis vigentes, para a definição da taxa de juros de longo prazo, foram adotadas as taxas de mercado dadas pelos títulos de emissão do governo federal em leilões mais recentes (NTN-B), comparadas ao fluxo das obrigações de longo prazo, sob a Metodologia chamada de "Duration". A Duration, ou Duração de Macaulay, é definida como o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa e pode assim ser definida:

Onde:

VPi = é o valor presente do i-ésimo fluxo de caixa; ti = é o prazo decorrente i-ésimo fluxo de caixa; D = Duration.

A taxa de juros calculada sob esse método e utilizada nesta Avaliação Atuarial foi de 4,55%aa.

Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 3,96% para 2019, conforme indicação do Boletim Focus, do Banco Central do Brasil.

Tábuas biométricas

As premissas biométricas foram objeto de teste de aderência realizado pela ASSISTANTS, que utilizou como base o histórico de benefícios e mortalidade dos últimos 5 anos da Patrocinadora. Os testes realizados e reportados em relatório específico demonstraram os seguintes resultados:

Tábua geral de sobrevivência

AT-83 Basic, segregada por sexo.

Projeções de vínculos futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, adotamos o cadastro real fornecido pela empresa relativo aos optantes do PDV.

Para a realização dos trabalhos de avaliação, a CMB repassou à ASSISTANTS os dados relativos aos diversos programas, de acordo com um "Caderno Preparatório" preliminarmente encaminhado, na data-base de 30/09/2018, destacando-se:

• Cadastro dos participantes optantes do programa de desligamento voluntário, contendo datas de nascimento e valor mensal do plano

Item	Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Obrigações no início do exercício	0,00	30.150.599,37	26.531.525,72
Custo do serviço corrente	0,00	0,00	0,00
Juros sobre a obrigação atuarial	0,00	2.058.702,63	2.182.068,57
(Ganhos)/Perdas atuariais	31.026.537,88	(2.933.016,59)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(875.938,51)	(2.744.759,69)	(3.026.933,51)
Obrigações no final do exercício	30.150.599,37	26.531.525,72	25.686.660,78
Ativos financeiros no final do exercício	0,00	0,00	0,00
(Déficit)/Superávit apurado	(30.150.599,37)	(26.531.525,72)	(

Face ao expurgo das despesas administrativas sobre as contribuições vertidas pela Patrocinadora, a proporção apurada entre CMB e Participantes foi de 50,15% e 49,85%, respectivamente. Sobre esses percentuais, solicitamos esclarecimentos à Cifra, uma vez que os regulamentos dos planos previdenciários preveem a paridade exata entre Patrocinador e Participantes. A Entidade nos prestou os seguintes esclarecimentos:

Plano PBDC: o balancete encaminhado é preliminar e apresenta algumas diferenças entre as contribuições dos participantes e da patrocinadora, mas que serão ajustadas no balancete final, devendo o saldo de ambas serem iguais, uma vez que neste plano existe a paridade contributiva. A tabela a seguir demonstra os saldos em 31/12/2018 e as proporções contributivas:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Acumulado	Proporção
3.1.1.1.01.00.00.00	Patrocinador	5.393.307,77	50,15%
3.1.1.3.00.00.00.00	Participante	5.359.532,38	49,85%
3.1.1.3.01.00.00.00	Ativos	2.528.447,74	0,00%
3.1.1.3.02.00.00.00	Assistidos	2.831.084,64	0,00%
TOTAL		10.752.840,15	100,00%

Plano MoedaPrev: por força do regulamento do plano não existe paridade contributiva, ou seja, o participante contribui mais que a patrocinadora, uma vez que existe um limitador das contribuições da patrocinadora. A tabela a seguir demonstra os saldos em 31/12/2018 e as proporções contributivas:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Acumulado	Proporção
3.1.1.1.01.00.00.00	Patrocinador	4.375.542,18	46,79%
3.1.1.3.00.00.00.00	Participante	4.974.986,01	53,21%
TOTAL		9.350.528,19	

d) Relativamente ao Anexo I deste Relatório, esclarecemos que a taxa de 4,55% aa informada se refere à taxa de desconto utilizada no cálculo das obrigações de longo prazo, determinada pelo critério da "Duration de Macaulay", descrita no item 4.1. e) Em nossa opinião, exceto quanto à limitação de escopo descrita no item "b", os passivos de longo prazo assumidos pela Casa da Moeda do Brasil, relativos aos benefícios pós-emprego mantidos, estão adequadamente calculados nesta Avaliação Atuarial e devidamente refletidos em suas Demonstrações Contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 16 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Condução (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido Cifra (PBDC) e foi fixado um cronograma de execução e implementação das medidas propostas.

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável – MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO.

A data prevista originalmente para a conclusão do TAC se encerrou no dia 11 de junho de 2016, conforme disposto no item 22 do cronograma original. A partir da demora verificada nas análises realizadas pelos órgãos de supervisão e controle da patrocinadora, no caso o Ministério da Fazenda (MF), atual Ministério da Economia, e a atual Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais (SEST), houve a necessidade de reprogramação das atividades.

Ressalte-se que a Diretoria Executiva da CIFRÃO, por meio do Ofício nº 012/2015, de 14 de setembro de 2015, obteve junto à PREVIC a suspensão da contagem dos prazos, Ofício nº 130/ERRJ/PREVIC, de 25 de setembro de 2015, até que os órgãos de supervisão e controle pudessem emitir seus respectivos pareceres.

Desta forma, no dia 1º de junho de 2016, com atraso de 370 (trezentos e setenta) dias, a CIFRÃO de posse das manifestações do MF e da SEST, pode finalizar as etapas 10 e 11 do cronograma. Posteriormente, se fez necessário ajustar as propostas de alteração dos regulamentos conforme recomendações dos órgãos de supervisão e controle da CMB, além da obrigatoriedade de atualizar todos os estudos atuariais antes do envio do processo do TAC à PREVIC, conforme prevê a Portaria PREVIC nº 527, de 08 de novembro de 2016.

No dia 08 de junho de 2018, a CIFRÃO se reuniu com a Chefe do Escritório de Representação da PREVIC no Rio de Janeiro para oficializar a entrega da Carta CT.CIF.168/2018, de 29 de maio de 2018, que encaminhou o processo de migração à Diretoria de Licenciamento da PREVIC para análise e manifestação final.

De acordo com a legislação vigente, aquela Diretoria teria 60 (sessenta) dias úteis para se manifestar, ou seja, o prazo se encerraria no dia 06 de setembro de 2018. No entanto, devido a complexidade da operação requerida e devido a necessidade de análise conjunta entre 02 (dois) órgãos internos da PREVIC, a Diretoria de Licenciamento prorrogou o prazo por mais 60 (sessenta) dias úteis, nos termos do Artigo 13 da Instrução PREVIC nº 33, de 1º de novembro de 2016, passando o prazo para o dia 06 de dezembro de 2018.

Após o recebimento de documento com a prorrogação do prazo, a CIFRÃO atualizou o Cronograma do TAC considerando manifestação da PREVC no dia 06 de dezembro de 2018, e que a mesma aprovasse o processo de migração sem que houvesse nenhuma condicionante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Item	Etapas	Status
9	Envio do Processo aos órgãos de supervisão e de controle da Patrocinadora	Concluído
10	Aprovação do órgão de supervisão da Patrocinadora	Concluído
11	Aprovação do órgão de controle da Patrocinadora	Concluído
12	Comunicado aos participantes e assistidos da Patrocinadora	Concluído
13	Montagem do dossiê e envio do processo a PREVIC	Concluído
14	Análise do Processo pela PREVIC	06/12/2018
15	Implantação do processo de migração após aprovação pela PREVIC	
16	Elaboração de Termos Individuais	05/01/2019
17	Criação de Simulador	05/01/2019
18	Campanha de Divulgação	06/03/2019
19	Período de opção dos participantes	05/05/2019
20	Implantação operacional da opção	04/06/2019
21	Levantamento de dados após o fim do processo migratório para fins de Avaliação Atuarial dos Planos	04/07/2019
22	Estudo apurando os resultados da migração e ajustes do custeio do PBDC para participantes e assistidos remanescentes	03/08/2019

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Administradores da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CASA DA MOEDA DO BRASIL ("EMPRESA" ou "CMB")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade Operacional

A **EMPRESA** avalia anualmente a sua capacidade de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros, e ainda, que não há nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação. A última avaliação efetuada pela Empresa foi referente ao exercício de 2018, conforme mencionado na nota explicativa 1. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **EMPRESA** e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **EMPRESA**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **EMPRESA** é a responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Casa da Moeda do Brasil - CMB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração da Casa da Moeda do Brasil – Exercício de 2018, bem como das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, tomando por base o Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Empresa MACIEL AUDITORES S/S EPP, de 22 de março de 2019, com parágrafo de ênfase no tocante à continuidade operacional da empresa, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Ressalta-se que a Demonstração de Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apurou Prejuízo no montante de R\$93.358.526,11 (noventa e três milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e seis reais e onze centavos), tendo sido decidido, pelo Conselho de Administração, que sua compensação fosse efetuada totalmente com valores da conta de Reserva para Investimentos.

Foi apresentada ainda proposta de Orçamento de Capital para 2019, no montante de R\$146.164.651,00 (cento e quarenta e seis milhões, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais), que subsidiará o financiamento do Orçamento de Investimentos da CMB para 2019, conforme detalhado na Nota Técnica DECOF 002/2019/DIGES, de 07/02/2019.

O Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da CASA DA MOEDA DO BRASIL. Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta do orçamento de capital à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 29 de março de 2019.

Mauro lunes Okamoto

Presidente

Maurício Cardoso Oliva

Conselheiro

Sérgio Henrique Moreira Sousa

Conselheiro

No dia 23 de novembro de 2018, a Diretoria de Licenciamento encaminhou o Parecer nº 484/2018/CTR/CGTR/DILIC, de 29 de agosto de 2018, tendo como anexo o Despacho CAL s/nº, de 1º de novembro de 2018, da Coordenadoria de Autorizações daquela Autarquia. O conjunto de documentos composto de 32 (trinta e duas) páginas, contemplou diversos apontamentos e recomendações, dentre elas que o processo deveria ser submetido novamente aos órgãos de supervisão e controle da CMB para obtenção de manifestação favorável a operação, sem que haja condicionantes, pendências ou conflitos ainda não dirimidos entre as partes.

Neste sentido, a proposta de alteração dos regulamentos e os estudos de migração tiveram que ser alterados para atendimento das recomendações contidas nos documentos exarados pela PREVIC, além de adequar o Regulamento do PBDC à luz da Resolução CGPAR nº 25, de 06 de dezembro de 2018. Após as adequações, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da CIFRÃO aprovaram a proposta de migração nos dias 04 e 11 de fevereiro de 2019, respectivamente.

Em atendimento ao solicitado pela PREVIC, a CIFRÃO encaminhou o processo de migração à CMB no dia 11 de fevereiro de 2019 para aprovação nos seus órgãos internos e posterior encaminhamento ao Ministério da Economia.

NOTA 17 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) e com base na análise da ASSISTANTS, o saldo de R\$ 10.213.452,38 foi evidenciado na Nota 15 referente ao Plano de Benefício Definido do Quadro de Movimentação de Outros Resultados Abrangentes e calculado de acordo com os itens 56 a 60 – Reconhecimento e Mensuração – do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e referendado pela Deliberação CVM Nº 695 DE 13 de Dezembro de 2012.

NOTA 18 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Para assegurar a sustentabilidade financeira e a continuidade da CMB, conforme citado no item 1.1 (b) Principais Eventos Ocorridos em 2018 – Desligamento de Empregados – na 265ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração (CONSAD) da Casa da Moeda do Brasil, – CMB deliberou pela redução de R\$ 100 milhões nas despesas totais orçadas para 2019. Uma proposta de redução de despesas orçamentárias foi apresentada pela Diretoria Executiva ao CONSAD o qual também deliberou pela redução de 15% de suas despesas totais, incluindo aquelas relativas aos proventos dos conselheiros.

b) A CMB decidiu encerrar em definitivo o contrato firmado em 2010 com a Casa da Moeda da Argentina – CAMOAR numa parceria que resultou na constituição da União Transitória de Empresas – UTE.

Tal ato depende essencialmente de duas ações em território argentino: a indicação de um representante legal por parte da CMB e a auditoria das contas, com elaboração dos demonstrativos contábeis pendentes por parte da CAMOAR.

A indicação do representante legal já foi concluída, porém, ainda há alguma possibilidade de sua substituição; já a auditoria encontra-se pendente da entrega formal do relatório por parte da SIGEN – entidade contratada para elaborar as Demonstrações Contábeis pendentes e emitir os devidos pareceres contábeis pretéritos.

Sendo assim, já estão sendo conduzidas as tratativas internas pela Diretoria Executiva da CMB e tão logo recebidos os documentos da SIGEN, será encerrada formalmente a parceria e a correspondente baixa da instituição em território Argentino ainda no exercício de 2019.

c) Em 10 de janeiro de 2019 e em 11 de fevereiro de 2019, houve o recebimento do valor de R\$ 70.957.404,61 e R\$ 32.052.423,19, respectivamente, referentes ao Sistema de Controle de Rastreamento de Cigarros – SCORPIOS, conforme item 1.1 (b) Principais eventos ocorridos em 2018 – Recebimento de valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviço público.

NOTA 19 – FATO RELEVANTE

Em 08 de setembro de 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção.

A Secretaria de Tesouro Nacional – STN procedeu ao ajuste nos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporcão de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

Ato contínuo, em dezembro de 2016, através do Ato Declaratório Executivo (ADE) da RFB nº 75/2016 foi suspensa a obrigatoriedade do Sistema de Controle de Bebidas (SICOBEBE), causando um impacto negativo no faturamento da CMB na ordem de R\$ 1,5 Bilhão, contrariando o disposto no Art. 13 da Lei 12.995/2014.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2018.

ALEXANDRE BORGES CABRAL

PRESIDENTE

CPF Nº 213.810.973-91

VAGNER DE SOUZA LUCIANO

DIRETOR DE GESTÃO

CPF Nº 473.420.481-00

ARY VICENTE DE SANTANA

DIRETOR DE INOVAÇÃO E MERCADO

CPF Nº 351.363.911-20

ABELARDO DUARTE DE MELO SOBRINHO

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

CPF Nº 260.056.467-53

JEHOVAH DE ARAÚJO SILVA JUNIOR

DIRETOR DE CÉDULAS E MOEDAS

CPF Nº 814.513.507-91

ALEX AURELINO ALBUQUERQUE NUNES

CONTADOR

CPF: 078.198.927-22

CRC - RJ: 092.064/O-1

a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é a responsável pela avaliação da capacidade de a **CMB** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **EMPRESA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **CMB** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **EMPRESA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da **EMPRESA**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **EMPRESA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S

2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

Contador 1 CRC RS - 71.505/O-3

Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

Contador 1 CRC RS - 59.628/O-2

Sócio Responsável Técnico

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, na 267ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de março de 2019, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta do **"Relatório da Administração do exercício 2018"**, pelas razões dispostas no VOTO. PRESI/09/2019, de 26/02/2019.

Marise Fernandes de Araújo

Presidente CONSAD

Paulo José dos Reis Souza

Presidente Substituto

Maria Betânia Gonçalves Xavier

Conselheira

Nilo José Panazzolo

Conselheiro

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Conselheiro

William Bezerra Cavalcanti Filho

Conselheiro

José Amaro Siqueira Valente

Conselheiro

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2018

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de março de 2019, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta das **"Demonstrações Contábeis e Destinação do Resultado do Exercício 2018"**, pelas razões dispostas no VOTO.CA/CMB/005/2019, de 22/03/2019.

Marise Fernandes de Araújo

Presidente CONSAD

Paulo José dos Reis Souza

Presidente Substituto

Maria Betânia Gonçalves Xavier

Conselheira

Nilo José Panazzolo

Conselheiro

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Conselheiro

William Bezerra Cavalcanti Filho

Conselheiro

José Amaro Siqueira Valente

Conselheiro